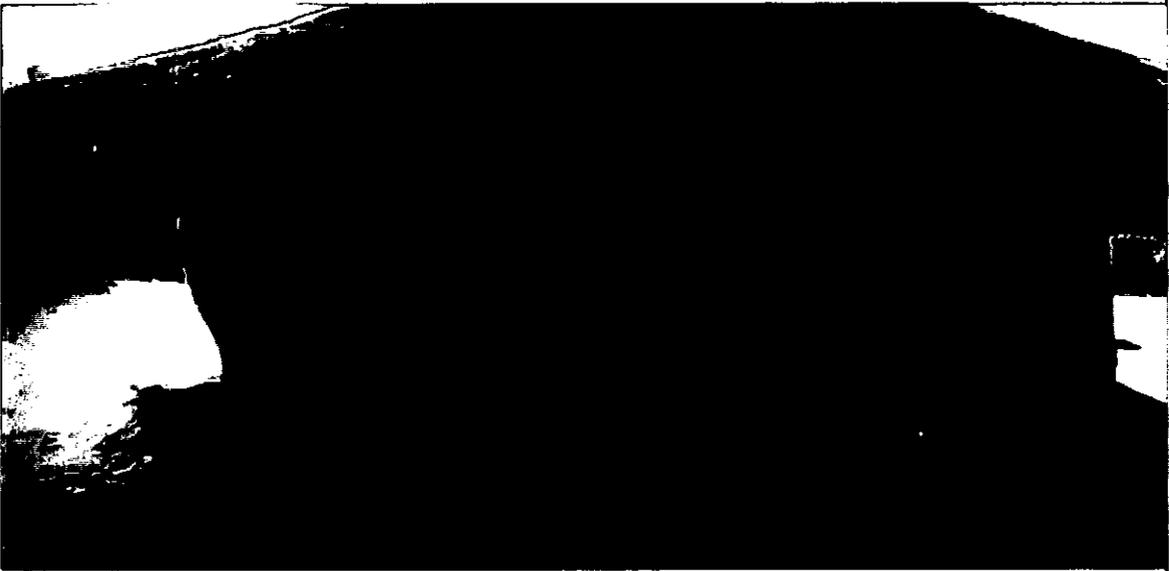




UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS



MECANISMOS "TRADICIONAIS" DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA ÓRFÃ E VULNERÁVEL NO CONTEXTO DE HIV/SIDA: CASO DO DISTRITO DE SUSSUNDENGA

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras e Ciências Sociais como parte dos
requisitos exigidos para a obtenção do grau de Mestre em População e
Desenvolvimento

Author: [Illegible]
Advisor: [Illegible]



UNIVERSIDADE EDURDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

F. LETRAS E CI.	
R. E.	32286
DATA	20 Dezembro / 07
AQUISIÇÃO	Ofenda
COTA	

MECANISMOS “ TRADICIONAIS” DE PROTECCÃO DA
CRIANÇA ÓRFÃ E VULNERÁVEL NO CONTEXTO DE
HIV/SIDA: CASO DO DISTRITO DE SUSSUNDENGA

DESSERTAÇÃO APRESENTADA EM CUMPRIMENTO PARCIAL DOS
REQUISITOS EXIGIDOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRADO EM
POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Candidata: Agatha Manuel Teodoro Ntauma

Supervisor: Doutor Cristiano Matsinhe

Maputo, Maio de 2007

U.E.M. - UFICS	
R. E.	
DATA	/ /
AQUISIÇÃO	
COTA	

Mestre em População e Desenvolvimento

JÚRI



Supervisor

25/07/07

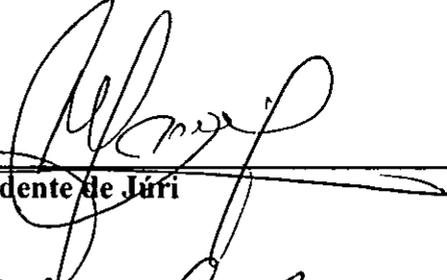
Data



Oponente

25/07/07

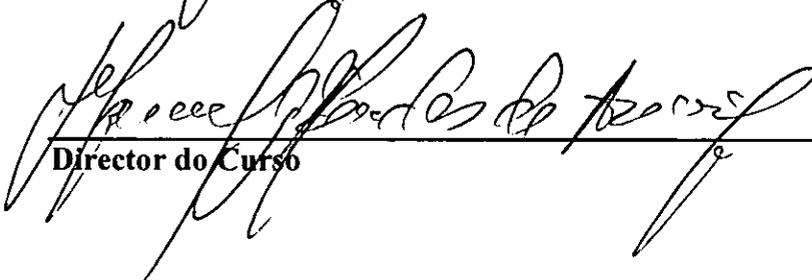
Data



Presidente de Júri

25/07/07

Data



Director do Curso

25/07/07

Data

Declaração

Eu Agatha Manuel Teodoro Ntauma, declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência para a obtenção de qualquer grau académico, e que constituí o resultado da minha investigação pessoal, estando indicado no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Maputo, aos 15 de Maio de 2007.

A Autora



Agatha Manuel Teodoro Ntauma

DEDICATÓRIA

Em memória do meu saudoso pai

Manuel Teodoro Ntauma.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão, em primeiro lugar, ao Fundo das Nações Unidas para a População – FNUAP que me concedeu a bolsa de estudo, sem a qual não seria possível a minha frequência no curso de Mestrado em População e Desenvolvimento.

A minha gratidão vai a todos docentes do curso de Mestrado de População e Desenvolvimento, cujos ensinamentos muito contribuíram para a realização deste trabalho. Estendo os meus agradecimentos também aos funcionários de Centro de Estudos de População pela sua paciência demonstrada ao longo do período de formação.

Ao Director do curso de Mestrado da População e Desenvolvimento Professor Doutor Manuel Mendes Araújo pelo seu incentivo e paciência demonstrada ao longo deste tempo de formação, endereço os meus cinceiros agradecimentos.

Agradeço também à Direcção Provincial da Mulher e da Acção Social de Manica em especial a directora Helena Muando e até então Direcção Distrital da Mulher e da Acção Social do Distrito de Sussundenga nas pessoas dos senhores Cardoso e Horácio, bem como aos membros dos núcleos comunitários do Distrito, pelo apoio prestado ao longo do trabalho de campo.

Os meus agradecimentos são extensivo ao Professor Doutor Liphola e Dr. Rafael Sendela Chambela pela disponibilidade e prontidão em fazer comentários e observações a este trabalho.

Ao Doutor Cristiano Matsinhe, meu supervisor que sem antecedentes referenciais sobre a minha pessoa aceitou de uma forma humilde e incansável em todas fases deste trabalho dar a devida orientação, para ele vai o meu especial e sincero agradecimento.

Agradeço de forma especial também à minha família, meu esposo José Vicente António Bisqué, aos meus filhos: Bisqué, Paulina e Michel, pela paciência, encorajamento demonstrados em todas etapas da realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho procura compreender o funcionamento dos mecanismos “tradicionais” de protecção das Crianças Órfãs e Vulneráveis no contexto de HIV/SIDA numa comunidade rural, com estudo de caso no Distrito de Sussundenga, Província de Manica. Ele focaliza aspectos relativos à assistência das Crianças Órfãs e Vulneráveis.

O seu objectivo é contribuir para integrar aspectos socioculturais nas análises dos problemas das Crianças Órfãs e Vulneráveis em Moçambique, através da compreensão e análise dos mecanismos “tradicionais” de Protecção da Criança Órfã e Vulnerável no contexto de HIV/SIDA.

Para a realização deste trabalho adoptou-se a metodologia qualitativa. Assim, foram realizadas entrevistas individuais com profundidade com várias intervenientes chaves na protecção da Criança Órfã e Vulnerável, discussões em grupos focais, rotinas diárias, bem como método de observação participante.

A análise identificou que os Mecanismos “tradicionais” de Protecção da Criança Órfã e Vulnerável existentes nas comunidades rurais são indissociáveis aos valores, papéis e deveres dos membros nas diversas agremiações no contexto da organização social.

O presente estudo concluiu que a comunidade rural tem seus mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável, mas que os mesmos têm sido acompanhados de tensões inerentes ao contexto da organização social destas comunidades. Contudo, a existência de mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável não estão dissociado das mudanças culturais, sociais e desenvolvimentistas que têm estado a decorrer actualmente no país, especialmente nas zonas rurais.

ABREVIATURAS

ABC -	Atendimento Baseado na Comunidade
ARPAC	Arquivo do Património Cultural
COV,s	Crianças Órfãs e Vulneráveis
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humana
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
CNCS	Conselho Nacional de Combate ao SIDA
INE	Instituto Nacional de Estatística
MMCAS	Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social
MMAS	Ministério da Mulher e da Acção Social
MISAU	Ministério da Saúde
MPF	Ministério de Plano e Finanças
ONG,s	Organizações Não Governamentais
PEN	Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância

Listas de Figuras e Tabelas

Lista de Figuras

Figural1: Taxa de prevelência de HIV/SIDA da Província de Manica e Nacional .	4
Figura 2: Abordagem dos Meios de Vida	19
Figura 3: Mapa do Distrito de Sussundenga	27
Figura 4: Distribuição da População de Sussundenga por Postos Administrativos	28
Figura 5: População do Distrito nas Faixas Etárias dos 0-17 anos e dos 18-65 anos	29
Figura 6: Rede de Segurança Tradicional em Sussundenga	38

Lista de Tabelas

Tabela 1: Área Geográfica por Postos Administrativos	27
Tabela 2: População por condição de Alfabetização	30

ÍNDICE

Conteúdo	Pag
Dedicatória.....	I
Agradecimentos.....	II
Resumo.....	III
Lista de Abreviaturas.....	IV
Lista de figuras e Tabelas.....	V
I CAPÍTULO.....	1
1. Introdução.....	1
1.1. Contexto do Estudo.....	2
1.2. Objecto do Estudo.....	5
1.3. Objectivo geral.....	5
1.4. Objectivos Específicos.....	5
1.5. Hipótese do Trabalho.....	5
1.6. Identificação do Problema.....	6
II CAPÍTULO.....	8
2. Enquadramento Conceptual e Teórico.....	8
2.1. Base Conceptual.....	8
2.1.1. Criança.....	8
2.1.2. Órfão.....	9
2.1.2 Mecanismos Tradicionais de Protecção.....	10
2.1.3. Comunidade.....	11
2.1.4. Vulnerabilidade.....	13
2.2. Enquadramento Teórico.....	15
2.2.1. Abordagem de Meios de Vida (Livelihoods Approach).....	15
2.2.2. Representações Sociais.....	20
III CAPÍTULO.....	21
3. Metodologia da Pesquisa.....	21
3.1. Enquadramento Metodológico.....	21
3.1.2. Trabalho de Campo.....	24
3.2. Constrangimentos do Trabalho de Campo.....	25
IV CAPÍTULO.....	26
4. Apresentação e Interpretação dos Resultados.....	26
4.1. Distrito de Sussundenga.....	26
4.1.1. Localização Geográfica.....	27
4.1.2. Dados Etno-históricos.....	27
4.1.3. População.....	28
4.1.4. Algumas Infra-Estruturas Sociais.....	30
4.2. Existência das Crianças Órfãs e Vulneráveis (COV,s) e as Percepções da Comunidade.....	31
4.2.1. Percepções sobre Conceito Órfã.....	31
4.2.2. Percepções sobre Conceito Criança.....	34
4.2.3. Mecanismos de Ajuda /Solidariedade.....	36

4.2.4. Crianças Chefes de Agregado Familiar	47
4.2.5. Mecanismos “tradicionais” de Protecção das Crianças Órfãos Vulneráveis e aspectos de Transmissão de Herança.....	54
4.4. Políticas, Programas para Crianças Órfãos e Vulneráveis.....	63
V. CAPÍTULO.....	65
5. Conclusões	65
BIBLIOGRAFIA.....	72
VI. Anexos.....	81

I CAPÍTULO

1. Introdução

O presente trabalho é produto de uma investigação para obtenção do grau de mestrado em População e Desenvolvimento e aborda a problemática da assistência à Criança Órfã e Vulnerável nas comunidades rurais. Pretende examinar os mecanismos usados para a protecção da Criança Órfã e Vulnerável nas comunidades rurais, com o enfoque para o estudo de caso no Distrito de Sussundenga, província de Manica. O estudo procura compreender as várias crenças e percepções associadas aos mecanismos utilizados pelas comunidades na concepção e organização social para fazer face aos novos desafios impostos pelas situações relativamente novas causadas pela epidemia do HIV/SIDA, que além de causar mortes desestrutura as formas “tradicionais” de organização social das populações.

O exame desses mecanismos pretende, por um lado, compreender melhor as estratégias adoptadas para a mitigação dos efeitos de HIV/SIDA nas comunidades e, por outro, fazer uma análise de caso sobre os esforços desenvolvidos para assistência à criança vulnerável, devido aos efeitos negativos de epidemia de HIV/SIDA.

Embora não se pretenda, aqui, fazer um estudo comparativo, a compreensão de estratégias adoptadas pelas populações em diferentes comunidades para assistência a criança vulnerável afigura-se de extrema importância, por permitir que se tenha uma visão de conjunto, possibilitando por outro lado que se elaborem planos de apoio tendo em conta as especificidades de cada comunidade.

O trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro procura contextualizar a pertinência do estudo, fazendo referência aos objectivos, hipótese e faz o levantamento do problema.

O segundo apresenta o quadro conceptual e teórico da investigação. Neste capítulo procura-se apresentar o entendimento que se deve ter dos principais conceitos utilizados

ao longo do trabalho. Apresenta também o quadro teórico adoptado para o presente estudo.

O terceiro descreve a metodologia de investigação, procurando apresentar as fases do estudo, os instrumentos e por último apresenta também as dificuldades encontradas no trabalho do campo.

O quarto faz uma breve apresentação do local do estudo de caso procurando apresentar as características socioculturais e económicas. Também procura interpretar e discutir os resultados encontrados neste estudo.

O último capítulo, o quinto, apresenta as principais conclusões do estudo e faz a verificação da principal hipótese apresentada no início do estudo.

1.1. Contexto do Estudo

Nas últimas décadas tem aumentado o interesse em torno das questões relacionadas com a criança no mundo (UNICEF, 2005; MMAS, 2005). Segundo Carvalho (2004), este interesse aumentou significativamente depois da segunda guerra mundial, devido à vulnerabilidade da criança perante os fenómenos sociais.

De facto, a emergência de HIV/SIDA a partir da década 70 no Mundo, com consequências dramáticas, principalmente, nos países da África Subsahariana, tem contribuído para o aumento das Crianças Órfãs e Vulneráveis nestes países (Jackson, 2004: 319).

Actualmente, calcula-se que existam na África Subsahariana cerca de 12,1 milhões de crianças que perderam um ou ambos pais por doenças ligadas ao HIV/SIDA (UNAIDS/UNICEF/USAID, 2004), prevendo-se que este número continue a subir nos próximos anos.

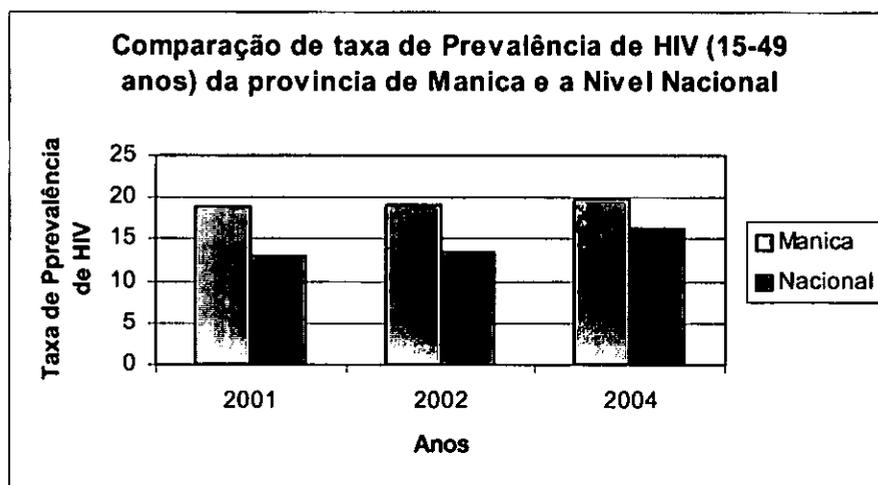
De acordo com o Instituto Nacional de Estatística INE (2002), calcula-se que, em Moçambique, se tenham tornado órfãos cerca de 1,600 milhões de crianças entre os 0-17

anos em 2006, dos quais estima-se que 20% deste universo, seja devido ao SIDA. As mesmas fontes indicam que deste número 272.051 são órfãs maternas, 257.420 órfãs paternas e 203.666 órfãs de ambos pais. As projecções feitas indicam que até o ano de 2010, caso a taxa de prevalência de HIV/SIDA continue a subir como nos níveis actuais, o número das crianças órfãs devido a esta epidemia de HIV/SIDA seja superior a 900.000 crianças (INE, 2002:27).

Actualmente, o impacto negativo da epidemia de HIV/SIDA é claramente visível na região central de Moçambique onde se localiza a província de Manica, não obstante o aumento também significativo das taxas de seroprevalência nas províncias de Gaza, Maputo e Maputo Cidade (MISAU, 2005:22).

Segundo MISAU (2005) a taxa de prevalência de HIV subiu de 13.6% em 2002 para 16.2% em 2004 no país, sendo a Província de Manica com 19,7% uma das províncias mais afectadas depois das províncias de Sofala e Gaza como mostra o gráfico abaixo.

Figura 1: Taxa de Prevalência de HIV/SIDA da Província de Manica e do nível Nacional



Fonte: MISAU (2005)

É, pois, tendo em conta esta situação que, em Moçambique, a protecção das Crianças Órfãs e Vulneráveis tem sido uma das grandes preocupações, apesar da existência da criança vulnerável não ser um processo novo no país (MMCAS, 2001:14).

Assim, a protecção das Crianças Órfãs e Vulneráveis tem sido garantida, tanto pelos mecanismos formais através de instituições especializadas, bem como através de adopção de mecanismos não formais, principalmente nas zonas rurais, baseados no fortalecimento de princípios de solidariedade entre os membros da comunidade, geralmente designados de mecanismos “tradicionais”.

Vários estudos têm enfatizado a importância dos mecanismos “tradicionais” da protecção das Crianças Órfãs e Vulneráveis, como o estudo realizado por Mause (1997). Este autor observou que a integração das crianças vulneráveis em famílias substitutas ¹ no período após a guerra civil em Moçambique constituiu um dos mecanismos de reprodução social que visava não só garantir a solidariedade social, mas também a produção e reprodução do capital humano. Na verdade, tanto os mecanismos formais “institucionais” como não formais os “tradicionais” têm a sua organização e a sua forma de funcionamento. Embora os dois mecanismos estejam numa relação de complementaridade, ainda existem poucos estudos realizados visando compreender a inserção dos mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável.

É na perspectiva de contribuir para a compreensão dos mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável que se insere o presente estudo, com um estudo de caso do Distrito de Sussundenga, na Província de Manica. Especificamente, este estudo procura compreender a inserção, formas de organização e funcionamento dos mecanismos de protecção da Criança Órfã e Vulnerável na comunidade de Sussundenga.

¹ Famílias Substitutas são tidas como sendo aquelas que não tem nenhum laço de familiaridade com a criança sobre a sua tutela.

1.2. Objecto do Estudo

Constituem o objecto deste estudo os mecanismos não formais “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável nas comunidades rurais, apresentando um estudo de caso do Distrito de Sussundenga.

1.3. Objectivo geral

O objectivo geral desta pesquisa é o conhecimento dos mecanismos adoptados pelas comunidades rurais de Sussundenga na protecção da Criança Órfã e Vulnerável e como é que os mesmos podem ser integrados nas políticas e estratégias institucionais de protecção da Criança Órfã e Vulnerável, contribuindo para mitigação do impacto da epidemia de HIV/SIDA.

1.4. Objectivos Específicos

Este estudo tem os seguintes objectivos específicos:

- i) identificar os mecanismos não institucionais utilizados pelas comunidades de Sussundenga para a protecção da Criança Órfã e Vulnerável devido a epidemia de HIV/SIDA;
- ii) analisar a organização, o funcionamento e a eficiência dos mecanismos não institucionais, incluindo as crenças envolvidas e suas limitações;
- iii) analisar a forma como os mecanismos “tradicionais” de atendimento à Criança Órfã e Vulnerável podem ser integrados nas políticas e estratégias institucionais.

1.5. Hipótese do Trabalho

Para a realização deste estudo de caso, construiu-se a hipótese segundo a qual, as sociedades rurais moçambicanas têm mecanismos interfamiliares e comunitários de protecção da Criança Órfã e Vulnerável, cuja organização e funcionamento se baseia no princípio fundamental de solidariedade que difere dos mecanismos institucionais.

1.6. Identificação do Problema

Em Moçambique, a maioria de crianças em situação de vulnerabilidade, principalmente nas zonas rurais, são protegidas através de mecanismos não institucionais, assegurados pelas relações interfamiliares existentes nas comunidades. Apesar de a existência de Criança Órfã e Vulnerável não ser um fenómeno novo em Moçambique, a emergência da epidemia de HIV/SIDA no país, a partir dos finais da década 80 do século passado, revitalizou a importância dos mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável, especialmente nas zonas com maiores taxas de seroprevalência. A necessidade de mitigar os efeitos desta nova realidade que até certo ponto desestruturou a organização social das comunidades, impôs um crescente e urgente reforço das formas “tradicionais” de organização das comunidades para reagir contra o espectro desolador do HIV/SIDA (Jackson. 2004: 346).

A emergência de HIV/SIDA não só é vista como sendo factor mobilizador de diversos sectores de sociedade, tais como redes de amizade e de solidariedade, organizações governamentais e não-governamentais e outras formas de organização (Matsinhe 2005:22), também é tida como potencial provocador de transformação social.

Em Moçambique, os planos, programas e os discursos oficiais fazem referência sobre a existência dos mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável. Contudo, muito pouco se sabe sobre a estrutura, a organização e o modo de funcionamento dos mesmos.

Evidências empíricas mostram que as comunidades rurais têm aspectos e valores de dimensão sociocultural que não têm sido devidamente enfatizados e maximizados na elaboração de políticas e estratégias governamentais e não governamentais para o atendimento dos diversos grupos populacionais (Negrão, 2003:10). A questão de fundo que se coloca é saber até que ponto os mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável têm sido considerados nas estratégias institucionais.

Alguns estudos citados pelo PEN (2004:90) apontam para uma degradação dos mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável, principalmente com o surgimento da epidemia de HIV/SIDA. Todavia, tais estudos não respondem a algumas questões tais como: até que ponto a epidemia do HIV/SIDA tem enfraquecido os mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável. Outros estudos como o do UNICEF (2006:46) supõem a existência, principalmente ao nível das comunidades rurais, de um tratamento desigual entre as crianças órfãs, cujos pais tenham morrido de outras doenças e as que os pais morrem de SIDA. A questão que se coloca é até que ponto este aspecto é generalizado e notório?

O Estudo realizado pelo Ministério da Mulher e da Acção Social em 2006 indica que o surgimento dos agregados familiares chefiados por crianças e idosos é devido à degradação dos mecanismos “tradicionais” de protecção da criança vulnerável. Mas ficam por esclarecer outros aspectos importantes, tais como em que medida a epidemia de HIV/SIDA é totalmente responsável pelo surgimento deste tipo de famílias e como o tecido social não observe estas crianças.

Os mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável são essencialmente baseados no espírito de solidariedade e ajuda mútua no seio das comunidades rurais. Assim, esses mecanismos podem-se considerar como um bem social colectivo o qual cada membro da comunidade procura preservar. É importante saber a influência que a epidemia do SIDA exerce sobre este “bem social”, neste caso específico sobre a solidariedade e ajuda mútua na protecção da Criança Órfã e Vulnerável.

A maior parte de estudos realizados realçam que os mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável são funcionais nas comunidades rurais onde há um aumento significativo de Crianças Órfãs e Vulneráveis devido à epidemia de HIV/SIDA (MISAU/DANIDA, 2004:115; MMAS, 2006:13). Contudo, muito pouco se sabe sobre a sua estrutura e as formas de funcionamento (INE, 2000; CNCS, 2005:91). Neste âmbito, o pressuposto do presente estudo é o de que as comunidades rurais têm mecanismos consagrados na sua organização social que garantem protecção da Criança Órfã e Vulnerável. O estudo procura compreender melhor a organização e formas de

funcionamento de tais mecanismos, com vista a avaliar o seu potencial de integração nas estratégias e políticas de apoio a este grupo populacional.

II CAPÍTULO

2. Enquadramento Conceptual e Teórico

2.1. Base Conceptual

A base conceptual que orienta a realização deste trabalho está assente, principalmente, nos seguintes conceitos: criança, órfã, mecanismos “tradicionais”, comunidade e vulnerabilidade.

2.1.1. Criança

Não existe uma definição universal sobre o conceito de “Criança” e de “Infância”. Apesar de a definição oficial considerar a criança de acordo com a lei humanitária internacional como sendo um indivíduo na faixa etária dos 0 aos 18 anos, esta categoria varia de uma sociedade para outra ou de uma cultura para outra (Kindernothilfe, 2004:4; CRC², 1989).

Existem vários critérios que determinam a passagem da fase de criança para a fase adulta, sendo esta passagem também culturalmente dependente. Nas sociedades africanas, nas quais Moçambique faz parte, existem vários critérios que determinam a passagem da fase de infância para a fase adulta. Segundo Chirwa (2002: 95), em muitas sociedades africanas a transição da fase de criança para a fase adulta é determinada, principalmente, pelo casamento, independentemente da idade que o indivíduo tiver. Todavia, esta transição assenta no princípio de que há uma fase inicial da vida em que ao indivíduo não podem ser imputadas responsabilidades sociais, políticas e económicas, porque ainda não possui, segundo parâmetros de cada sociedade, maturidade intelectual e social suficiente (Cabral, 2005:30). Portanto, existe dentro da diversidade cultural um reconhecimento

² CRC – Convenção dos Direitos da Criança (1989).

comum de que numa fase inicial da vida o indivíduo está particularmente mais vulnerável e desprotegido, sendo assim, necessária sua protecção pela comunidade ou sociedade.

Para efeitos deste trabalho, vai-se considerar a definição oficial da criança que fixa a faixa etária dos 0 aos 18 anos, apesar de a Lei³ de trabalho actualmente vigente no país fixar a idade dos 16 anos para o início da actividade laboral .

2.1.2. Órfão

O Conceito “órfão” é uma construção social. Por isso, pode ser susceptível a várias interpretações, dependendo do contexto. Na perspectiva ocidental, considera-se como órfã a criança cujos pais tenham morrido. Porém, em África, o conceito órfão assume outras dimensões. De acordo com Chirwa (2002:95), “órfão” vai para além de referências biológicas em muitas sociedades africanas, pois o indivíduo para além dos pais biológicos tem outros pais.

As experiências práticas de vida de algumas comunidades em Moçambique revelam que numa análise sócio-linguística não encontramos as palavras “tio” ou “tia” (Craverinha: 2000)⁴. Portanto, assume-se que tanto “tios” como “tias” têm as mesmas responsabilidades como a do pai ou da mãe na educação de uma criança. Deste modo, poder-se-ia assumir que em Moçambique, tanto nas sociedades matrilineares, assim como nas patrilineares o conceito órfão biológico é quase inexistente, podendo-se considerar que existam apenas órfãos sociais.

Uma abordagem similar é feita por Geest (2004) na análise antropológica realizada no Ghana. Ele concluiu que entre a comunidade Akan, pelo facto de cada criança ter muitos pais e mães, não existe o conceito “órfão”. Portanto, a definição de “órfão” em África não é tarefa fácil, pois é um processo que vai para além da situação biológica da criança, bem como do seu meio etnicocultural. Neste contexto, este conceito não depende somente dos factores geográficos, económicos e sociopolíticos, como também das relações de género, da família alargada e da idade da criança (Foster, 2000; Geest, 2004).

³ Lei 8/98 de 20 de Julho.

⁴ <http://zambezia.co.mz> visitado no dia 20 de Março de 2006.

Porém, para efeitos do presente trabalho vai-se utilizar a definição oficial da Criança Órfã que a considera como sendo um indivíduo na idade compreendida entre os 0 a 18 anos, cujo um ou ambos pais tenham morrido (MMAS, 2006:10).

2.1.2 Mecanismos Tradicionais de Protecção

Os mecanismos “tradicionais” de protecção defendidos neste trabalho estão assentes no conhecimento local que as comunidades têm de fazer face às situações de risco, tais como calamidades, epidemias e outras. Este tipo de conhecimento está enraizado nas práticas comunitárias, instituições, relações sociais e rituais. O conhecimento local está assente nas práticas empíricas (Banco Mundial, 1998:10; Macamo, 2004:8). Neste sentido, mecanismos “tradicionais” são, acima de tudo, estratégias baseadas no conhecimento, milenar acumulado na vida quotidiana que as comunidades vão desenvolvendo ao longo de tempo e que lhes permite resolver os seus problemas sociais.

Feliciano (1989:16) indica que, o conceito “tradicional”, embora seja de significado ambíguo, refere-se a conteúdos demasiados diversos que vão desde “primitivo” ao “não capitalista” e geralmente é usado para designar o modelo pré-capitalista. Segundo este autor embora em alguns contextos o vocábulo suscite conotações negativas, actualmente, a sua aceitação como termo técnico é ampla. Numa das acepções, os mecanismos “tradicionais” são conhecimentos das comunidades locais. No presente trabalho, os mecanismos “tradicionais” não são sinónimos de arcaicos, ultrapassados; mas encerram formas típicas e localmente concebidas para fazer funcionar a sociedade em que os indivíduos vivem.

As comunidades locais são caracterizadas por um nível de conhecimento científico bastante baixo e pela sua heterogeneidade. Assim, o seu conhecimento é baseado nas práticas empíricas, na tradição, enquanto que o conhecimento moderno é baseado na investigação empírica e numa relação causal do mundo (Macamo, 2004: 10). Por isso, existe uma relação oposta entre o conhecimento moderno e o conhecimento “tradicional”,

apesar de nas novas abordagens de desenvolvimento existir a tentativa de reconhecimento entre ambos (Valá, 2003:43; Macamo, 2004:9).

Para Meneses (1999: 267) citado por Valá (2003: 47), a credibilização do conhecimento local torna-se difícil, principalmente na confrontação científica, por ser um conhecimento subalterno e difícil de traduzir. Contudo, com o insucesso das antigas abordagens que assentavam, sobretudo, no progresso tecnológico sobre o desenvolvimento, o conhecimento das comunidades rurais tem vindo a ganhar a sua importância no processo de desenvolvimento. Neste sentido, os mecanismos “tradicionalistas” que o presente estudo procura explorar estão assentes nos conhecimentos comunitários, potencialidades e estratégias que as comunidades rurais têm para se defenderem em situação de insegurança.

2.1.3. Comunidade

O conceito de “comunidade” foi profundamente analisado numa perspectiva sociológica por Tonnies (1887 – 1936), no seu trabalho sobre *Comunidade e Sociedade*. Para Tonnies, citado por Rocher (1989: 46), a comunidade diferencia-se da sociedade pelas relações que se estabelecem entre ambas. O autor considera que enquanto na comunidade as relações são estabelecidas principalmente por emoções, através de vontade orgânica, na sociedade as relações estabelecem-se mais através da vontade reflectida que é resultado da acção racional do homem (...). Não se sabe até que ponto as relações comunitárias são simplesmente emotivas sem conter alguma certa dose de racionalidade.

Segundo o mesmo autor as duas vontades são opostas; enquanto a vontade orgânica transmite impulsos do coração, a outra é dominada por pensamento, pela actividade intelectual. Este autor considera que a vontade orgânica é inspirada pela paixão, amor e bondade, enquanto a vontade reflectida é guiada pelo interesse pessoal, ambição pelo poder e dinheiro.

Segundo Tonnies, cada pessoa desenvolve as duas vontades no seu organismo, sendo uma delas mais desenvolvida em algumas pessoas e não noutras. Por exemplo, nas mulheres a vontade orgânica é a mais desenvolvida que nos homens, porque a mulher é

vista como um ser mais sentimental, sensível e intuitiva. Para este autor a vontade orgânica não só é mais desenvolvida nas mulheres, mas também em outras profissões sociais como nos poetas e artistas. Para Tonnies (op. cit.) as duas vontades fazem surgir dois tipos de relações sociais, nomeadamente as relações comunitárias e as relações societárias. As comunitárias são baseadas na união entre os homens e as relações societárias são baseadas na acção do homem e pugna-se por interesses individuais, por competição.

Tonnies (1887- 1936) define a comunidade da seguinte forma:

“A comunidade é formada por pessoas unidas por laços naturais ou espontâneos, assim como por objectivos comuns que transcendem os interesses particulares de cada individuo. Um sentimento de pertença à mesma colectividade domina o pensamento e as acções das pessoas, assegurando a cooperação de cada membro e unidade ou união do grupo. A comunidade é, pois, um todo orgânico no seio da qual a vida e o interesse dos membros se identificam com a vida e o interesse do conjunto”.

Tonnies citado por Rocher (1989:47) considera que este tipo de organização social origina a formação de três formas de comunidade, nomeadamente: comunidade de sangue que é constituída pela família, o parentesco, o clã, etc; comunidade de lugar que se forma pela vizinhança e a comunidade de ideias baseada na amizade, na concórdia de ideias e de sentimentos.

Numa análise antropológica, Redfield (1973:13) citado por Valá (2003: 43) considera a cultura como tendo papel preponderante na formação da comunidade e define-a como sendo um espaço geográfico delimitado, uma entidade autónoma, homogénea e auto-suficiente.

A definição de comunidade acima feita é muito limitada, porque isola a comunidade do seu contexto global. Em nossa opinião, a comunidade é, com efeito, um conceito de nível

mais baixo do que a sociedade e aquela que se difere desta pela sua natureza privada, mas existe uma relação intrínseca com o público.

O conceito de “comunidade” não é novo. Ele existe há muitos anos, mas ganhou nova dinâmica nas novas abordagens sobre o desenvolvimento. Essas abordagens procuram promover as potencialidades das próprias comunidades na promoção do seu desenvolvimento.

Neste sentido, Chichava (1999) citado por Valá (2003: 44) apresenta três asserções sobre o conceito de comunidade, a saber:

- “Grupo social definido com base étnica, religiosa, linguística, de residência, etc”;
- “Entidade social numa relação de clientela com uma orgânica de desenvolvimento”;
- “Conjunto de indivíduos que vivem de forma relativamente isolada, cujos valores estão assentes na tradição, sendo a comunidade usada como contraste com a sociedade”.

Neste trabalho, vai ser adoptado o conceito da comunidade que considera como sendo um grupo que se encontra num determinado espaço onde decorrem relações sociais que implicam solidariedade e ajuda entre os indivíduos no decorrer das suas actividades económicas, rituais no seio da família, bem como nas relações e condutas de vizinhança e outras relações socialmente aceites.

2.1.4. Vulnerabilidade

O conceito de vulnerabilidade tem sido usado em vários contextos para se referir à “fragilidade” ou insegurança de bem-estar dos indivíduos, domicílios ou comunidades para fazer face a um ambiente em mudança. Mudanças ambientais que podem ameaçar o bem-estar e podem ser ecológicas, económicas, sociais ou políticas (Rakodi, 2002: 14) citado por Moser (1996:2). Assim, este conceito tem sido usado nas abordagens de vários assuntos relacionados com a pobreza, HIV/SIDA, e outros.

Moser (1998:1) define “vulnerabilidade” como sendo um estado de calamidade, mudança, insegurança sócio-económica. Este autor argumenta que, apesar de em muitos casos as palavras tais como *pobreza e vulnerabilidade* serem usadas como sinónimos, elas não são iguais. Numa outra vertente, Abramovay & Pinheiro (2003) definem a “vulnerabilidade” como sendo escassa disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos a indivíduos ou grupos excluídos da sociedade.

Seffner (s.d) na sua análise sobre o conceito de “vulnerabilidade ao HIV/SIDA”, cita Ayres (1997) que considera a vulnerabilidade ao HIV/SIDA como sendo um *“esforço de produção e difusão de conhecimento, debate e acção sobre os diferentes graus e naturezas de susceptibilidade de indivíduos e colectividades à infecção, adoecimento e morte pelo HIV, segundo particularidades formadas pelo conjunto de aspectos sociais, programáticos e individuais que os põem em relação com o problema e com os recursos para enfrentá-lo”*.

De facto, a definição do conceito “Vulnerabilidade” difere nas várias abordagens porque é uma construção social, cujo significado varia de uma cultura para outra (Phiri & Webb, 2002). Por exemplo, o fenómeno da Criança Órfã e Vulnerável, em Moçambique, está directamente ligado a vulnerabilidade social da população, especialmente a das zonas rurais (MMAS, 2005). Deste modo, Moçambique define a criança vulnerável como sendo aquela que se enquadra nas seguintes categorias: 1. Crianças afectadas ou infectadas pelo HIV; 2. Crianças em agregados chefiados por crianças, jovens, mulheres ou idosos; 3. Crianças em agregados familiares nos quais um adulto se encontra cronicamente ou gravemente doente; 4. Crianças da e na rua; 5. Crianças em instituições (ex: orfanatos, prisões, instituições de saúde mental); 6. Crianças em conflitos com a lei (ex: crianças procuradas pela justiça por crimes menores); 7. Crianças portadoras de deficiência; 8. Crianças vítimas de violência; 9. Crianças vítimas de abuso e exploração sexual; 10. Crianças vítimas de Tráfego; 11. Crianças vítimas das piores formas de Trabalho (ILO 1999); 12. Crianças casadas antes da idade legal; 13. Crianças refugiadas e deslocadas. Neste estudo pretende-se focalizar a categoria da criança afectada por HIV/SIDA.

2.2. Enquadramento Teórico

2.2.1. Abordagem de Meios de Vida (Livelihoods Approach)

Tendo em conta que o presente trabalho se enquadra no estudo sobre os mecanismos tradicionais de protecção da Criança Órfã e Vulnerável no contexto de HIV/SIDA em Moçambique, o quadro teórico estará orientado para a abordagem dos Meios de Vida e Representações Sociais.

Abordagem de Meios de Vida é uma base para análise de bem-estar e tem uma estreita relação com as novas concepções do desenvolvimento que sustentam que apenas as variáveis económicas não são suficientes para produzir um desenvolvimento socialmente aceitável⁵. A sua origem data no início da década `90 com um artigo de Robert Chambers e Conway (1991).

Abordagem de meios de Vida tem sido desenvolvida por Departamento Britânico de Desenvolvimento Internacional (DFID), através do “Comité Consultivo de Desenvolvimento Rural Sustentável”, que procura integrar no seu conceito elementos sociológicos, antropológicos e económicos, na resolução dos problemas de desenvolvimento (Vijfhuizen & Cavane, 2001). Sendo assim, esta abordagem procura melhorar a percepção e entendimento dos meios de vida das comunidades, sobretudo dos mais desfavorecidos. De acordo com Chambers, R. E Conway, G. (1992) *“os meios de vida consistem nas capacidades, actividades e recursos (tanto materiais quanto sociais) necessários para o sustento. Um meio de vida é sustentável quando pode enfrentar e recuperar-se de um estresse ou impacto, mantendo ou explicando sua capacidade e seus bens, tanto no presente, quanto no futuro, sem prejuízo para os recursos naturais que lhe servem de base”*

Este modelo centra a sua análise nos conhecimentos do Homem independentemente do seu estatuto, nível de escolaridade e do meio em que o indivíduo vive (Urbano/Rural).

⁵ <http://www.adm.ufba.br/apesqnepol-capital.htm> visitado 20 de Março de 2006.

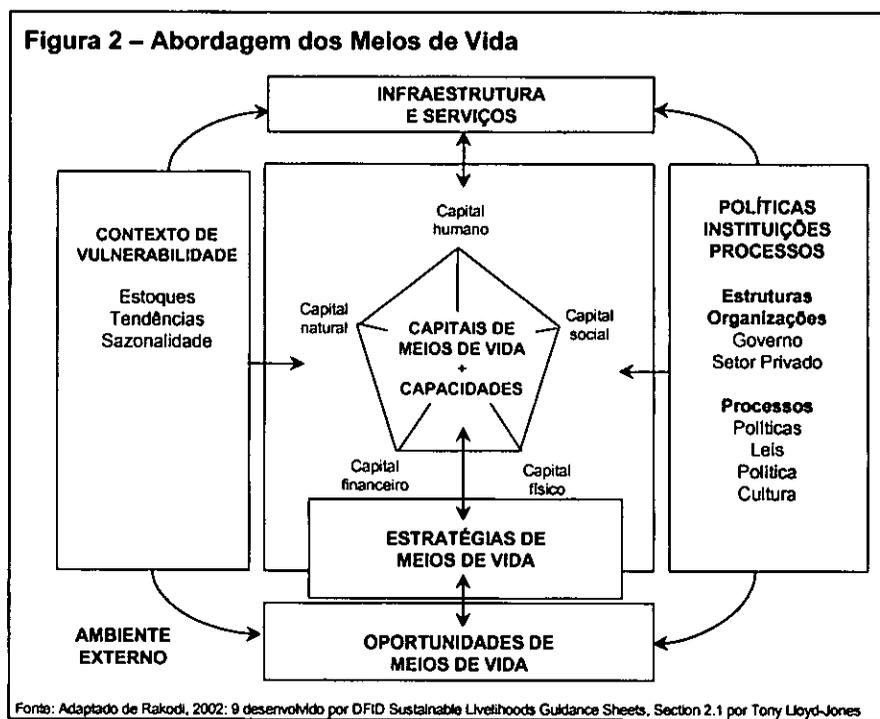
Neste contexto, Negrão (2003) defende que as comunidades rurais têm mecanismos e formas seculares de organização sobre os quais é necessário capitalizar. Para o autor existem nas famílias rurais saberes locais que não só deve ser valorizado como também estimulado na resolução dos problemas locais.

Esta abordagem refuta a ideia de considerar as populações desfavorecidas, principalmente as comunidades rurais como elementos passivos na resolução de seus problemas (Comargo, 2003; Negrão, 2003). A abordagem de meios de vida sustentáveis reconhece a dificuldade das comunidades desfavorecidas de identificarem seus pontos fortes, aspectos positivos para o seu desenvolvimento (DFID, 2002:4). Neste sentido, esta abordagem considera também que embora as populações desfavorecidas não possam dispor de recursos financeiros, elas possuem outras riquezas como mão de obra, rede social de amigos, família e outros. Desta forma, é necessário usar estas potencialidades (BIT, 2003; Elsha et al, 2005).

Assim, Haan & Zoomers (2005:27) citado por Chambers & Conway (1992:9-12) considera uma "livelihood como sendo meios de ganhar a vida, incluindo capacidades de meios de vida sustentáveis que tem activos tangíveis e activos intangíveis" como mostra a figura 1 que apresenta os principais componentes da abordagem.

A. Activos dos meios de vida são centrais nesta abordagem. Refere-se aos capitais das pessoas que as permitem tomar decisões no que tange às suas estratégias dos meios de vida para atingir bem-estar. Assim sendo, este modelo baseia a sua análise em cinco categorias de capitais que servem como pilares para as comunidades rurais ou populações desfavorecidas gerar suas estratégias de vida, nomeadamente: económico, social, humano, físico e natural (DFID, 2002; Elsha et al, 2005; BIT, 2003). Carney (1998) define "Capital Humano" como sendo capacidades ou conhecimentos adquiridos através de educação que são alicerces no processo de produção. Faz parte também deste capital o bom estado de saúde que possibilita o indivíduo participar na produção. Enquanto que o "Capital Físico" é definido como sendo todos bens obtidos através de transformação como infra-estruturas (Idem). Bourdieu (1980) citado por Malani

(2002) define “Capital Social” como sendo um conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efectivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. O “Capital Natural” é definido como sendo recursos naturais ou biológicos como terra, água Elscha et al, 2005. Finalmente (Corney, 1998) define “Capital Económico” como consistindo em recursos financeiros que as pessoas têm disponíveis. Apesar destes capitais, estarem divididos em grupos, eles inter-relacionam-se e determinam o nível de influência recebido ou imposto a outros. Apesar dos diagramas clássicos da abordagem de Meios de Vida não incluírem “capacidades” de uma forma explícita de acordo com a figura 1, as capacidades de uma pessoa fazem parte deste bloco da abordagem. De facto, cada um dos cinco capitais esta relacionado com capacidades. Segundo Rakodi (2002:10) associa, por exemplo, capital humano a capacidades quando explica a importância deste activo em relação ao bem-estar das pessoas,. apesar do facto da definição de capital humano ser muito mais limitada que a de capacidades. Este facto encontra suporte no argumento de Rakodi (idem) de que capacidades estão alocadas correctamente se estiverem posicionadas dentro da componente dos activos.



B. Vulnerabilidade é componente dos meios de vida que anteriormente se fez a conceitualização. Como se referiu anteriormente, situações de vulnerabilidade podem ser crises, por exemplo, económicas, choques, secas ou epidemias, que afectam directa ou indirectamente os meios de vida do indivíduo por reduzir seus capitais. De facto, um bom conjunto de capitais reduz a vulnerabilidade.

C. Políticas, Instituições e Processos este componente refere-se essencialmente as organizações públicas e privadas, assim como a regras, normas e valores formais e informais existentes numa sociedade. Estas questões influenciam os meios de vida das pessoas de duas maneiras. Primeira, os capitais que as pessoas podem acumular também dependem deles, e não exclusivamente do indivíduo. A segunda, muitas oportunidades disponíveis para o indivíduo decidir sobre a sua estratégia de meio de vida são criadas por políticas, instituições e processos. Um outro aspecto é o facto de que a relação dos indivíduos com eles não é passiva. Rakodi (2002:16) refere que *“dependendo dos capitais e capacidades que as pessoas têm ao seu dispor (...) as relações que asseguram o acesso e os mecanismos através dos quais recursos são reproduzidos, alterados e distribuídos podem ser negociados”*.

D. Infra-Estrutura e Serviços, poderiam estar inclusos no capital físico, mas pelo seu carácter colectivo, geralmente público, é mais adequado considerá-los separadamente. Rekodi (2002:11) refere-se, por exemplo, ao transporte público, a electricidade e estradas. São, principalmente, *“importantes para a saúde e a interacção social, e, portanto, contribuem para os capitais humano e social”*.

E. Oportunidades dos Meios de Vida, diz respeito a uma variedade de opções que uma pessoa tem para seguir a sua vida da maneira que julga ser a mais adequada. Apesar do Rakodi (2002:16) associar oportunidades dos meios de vida com mercado de trabalho, mas este componente tem uma perspectiva mais ampla. No contexto rural, por exemplo, pode estar relacionada com as opções que um camponês tem de emigrar para outra zona onde consiga aumentar a sua produção agrícola reduzindo assim, a insegurança alimentar na sua família.

F. Estratégias dos meios de vida, refere-se às combinações de escolhas que uma pessoa faz para seguir a vida da maneira que julga ser a mais adequada. As estratégias não perseguem apenas objectivos exclusivamente individuais e de curto prazo. Rakodi (2002: 6-8) enfatiza a natureza domiciliar das estratégias ao invés do carácter individual. O autor refere entre outros objectivos de estratégias *“lidar com e recuperar de stress e choques (...) podendo manter e ampliar as capacidades e activos, proporcionando oportunidades dos meios de vida para geração futura”*.

Apesar dos seis componentes da abordagem de meios de Vida estarem inter-relacionados não é necessário que todos sejam utilizados para a operacionalização de uma pesquisa, e a combinação de algum com outras perspectivas teóricas também é possível. Comparando a abordagem de meios de vida com a natureza da presente investigação parece ser apropriado usar uma parte dos componentes activos de meios de vida, vulnerabilidade, Políticas, instituições e processos e estratégias de meio de vida. A abordagem dos Meios de Vida permitirá ao estudo compreender a organização dos mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã Vulnerável em Sussundenga. Com base nesta abordagem, as formas através das quais os indivíduos se organizam nas comunidades rurais para responder as questões de vulnerabilidade, buscando meios de vida (estratégias) serão analisadas a luz da estrutura existente.

Nas políticas, instituições e processos determinam o acesso a vários tipos de capitais e a adopção das estratégias adequadas AMV. Será através deste componente que poderá ser analisada a estrutura, a funcionalidade e a sua interacção entre componentes dos vários mecanismos “tradicionais” de protecção da criança vulnerável na sua vertente de assistência. Os factores de ordem social, institucional e cultural são deste modo, reconhecidos por terem impacto directo no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e actores sociais, na produção de melhores formas de interacção social e na redução dos dilemas da acção colectiva (Milani, 2002).

2.2.2. Representações Sociais

Segundo o Durkheim,(1987) as representações colectivas traduzem a forma como o grupo pensa nas suas relações com os objectivos que o afectam. Assim, as representações sociais por terem características de um facto social, são exteriores ao indivíduo e exercem coerção sobre a sua consciência. Durkheim pressupõem uma realidade social rígida, que deixa pouco espaço para acção individual. Para este autor os indivíduos agem, e pensam dependentes do grupo, incorporando e reproduzindo percepções, valores e esquemas de classificação que são totalmente dependentes da realidade social mais ampla.

Inspirado nas representações colectivas do Durkheim, Moscovi na década `60 criou uma teoria das representações sociais voltada não só para a bordagens psico-analítica, mas também para o social (Gacomazzi & Camargo, 2004:34). Segundo Abric (1998: 27) citado por Gacomazzi & Camargo (2004:idem) refere que a teoria de representação social propõem que *“não exista uma realidade objectiva a priori, mas sim que toda a realidade é representada, quer reapropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependentes de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca”*.

Neste sentido, a teoria de representações sociais desenvolvida por Moscovici parte de premissa de que não há separação entre o universo exterior e o universo do indivíduo ou do grupo, estabelecendo-se, deste modo, uma dinâmica entre os níveis individual e social. Partindo dos vários enfoques, Queiroz (2000) afirma que é possível definir representação social como:

“Um tipo de saber, socialmente negociado, contido no senso comum e na dimensão quotidiana, que permite ao individuo uma visão do mundo e o orienta nos projectos de acção e nas estratégias que desenvolve no seu meio social”

De facto, as representações sociais são conhecimentos que adquirem sentido e significado no contexto cultural e situacional que se manifestam. Por isso, as acções dos indivíduos enquanto membros da colectividade encontram um enquadramento dentro das percepções do grupo.

A teoria de representação social permitirá ao estudo ir além das contribuições dos mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável na comunidade em análise. De acordo com esta abordagem, a maneira através da qual a comunidade busca as suas soluções será analisada à luz do significado que os indivíduos dão as suas acções no contexto da organização social.

A abordagem de representação social ajudará, no presente estudo, a analisar e interpretar algumas estratégias que são adoptadas no seio das comunidades para assistir às Crianças Órfãs e Vulneráveis.

III CAPÍTULO

3. Metodologia da Pesquisa

3.1. Enquadramento Metodológico

Este capítulo pretende mostrar os aspectos metodológicos que orientaram a realização deste trabalho. O presente estudo foi realizado usando, basicamente, a metodologia qualitativa, apesar de se reconhecer as vantagens que a metodologia quantitativa oferece como a objectividade na pesquisa e exactidão na recolha de dados, esta metodologia tem a desvantagem de reduzir grandemente a análise e interpretação dos dados na perspectiva humanista. Assim, como este estudo pretende captar as opiniões e o significado que os actores envolvidos dão aos mecanismos “tradicionais” de protecção das Crianças Órfãs e Vulneráveis na Comunidade de Sussundenga no contexto sociocultural é oportuno usar-se a metodologia qualitativa.

Assim, segundo Chizzotti (1991: 89) os métodos qualitativos consistem em entrevistas com profundidade individual e colectiva; observação simples e participante; estudos de casos e análise de conteúdo dos diversos documentos.

A escolha do método qualitativo como metodologia a usar neste trabalho deveu-se ao facto, segundo o autor acima citado, esta metodologia privilegiar a análise dos significados que os indivíduos dão as suas acções tendo em conta o contexto social em que ocorrem. Ainda de acordo com Neuman (2000:124), a metodologia qualitativa procura analisar os factos no seu contexto socio-histórico, tendo em conta os diversos pontos de vista dos envolvidos. Por isso, um facto social pode ter vários significados de acordo com o meio social e o momento em que acontece.

A metodologia qualitativa ainda de acordo com Gauthier (1987) citado por Lessard-Hebert et al (2000:47) possibilita estudar os factos e interagir com as pessoas envolvidas no seu meio social através da sua linguagem sem distanciamento dos factos. Assim, a relação existente entre objecto do estudo e os elementos simbólicos e as representações sociais existentes irão favorecer a compreensão dos valores e práticas existente no contexto da presente pesquisa. O significado das acções que as pessoas envolvidas dão, são interpretadas segundo o seu ponto de vista no momento da recolha de dados, pois os dados obtidos com base em métodos qualitativos permitem ao investigador interpretá-los, procurando conferi-los um significado.

Esta pesquisa não pretende quantificar os mecanismos “tradicionalis de protecção da Criança Órfã e Vulnerável que existe na comunidade de Sussundenga, mas sim conhecer, aprofundar acima de tudo o significado que as pessoas dão a estes mecanismos de protecção no seu meio. O uso dos métodos qualitativos nesta pesquisa irá também permitir conhecer o enquadramento que as pessoas fazem dos mecanismos “tradicionalis” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável no seu contexto sociocultural.

Esta metodologia usada não irá permitir ter uma imagem generalizada sobre os mecanismos “tradicionalis” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável existente em Sussundenga, porém irá dar uma ideia sobre o significado e a maneira como as pessoas em Sussundenga interpretam e enquadram estes mecanismos.

Para a realização deste trabalho priorizou-se diferentes técnicas de recolha de dados como: consulta de documentos importantes, entrevistas semi-directivas em profundidade,

histórias de vida, grupos focais, bem como a observação. As entrevistas semi-directivas permitem a obtenção da informação a cerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, bem como a cerca das suas explicações a respeito das coisas precedentes (Atteslander, 1991:159). A escolha desta técnica de investigação deve-se, essencialmente, a sua maior flexibilidade na obtenção da informação, pois o investigador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se, mais facilmente, às circunstâncias em que desenvolve a entrevista (Idem). Este tipo de entrevistas foi dirigido aos líderes comunitários (líderes tradicionais, anciões e personalidades destacadas da comunidade) e outros informantes chaves que trabalham com as famílias ou Crianças Órfãs e Vulneráveis.

A apresentação de histórias de vida neste trabalho tem como objectivo principal por um lado dar uma ideia geral sobre o tipo de famílias que vive com crianças órfãs e por outro dar uma imagem sobre o tipo de vida que estas famílias levam, bem como as suas perspectivas para o futuro. As informações foram obtidas através da conversa com os membros destas famílias. Foi também necessário recorrer aos diários de campo para obter algumas informações. Este método é especialmente importante neste trabalho, pois permitiu conhecer sentimentos, atitudes e motivações dos indivíduos envolvidos, principalmente das próprias crianças.

O uso dos grupos focais permitiu obter debate das várias opiniões sobre os mecanismos de protecção da criança órfã, bem como a obtenção de consensos em relação ao significado e enquadramento que os indivíduos fazem destes mecanismos na comunidade de Sussundenga.

Para a efectivação deste estudo foram necessários dois momentos: revisão bibliográfica e trabalho do campo.

O primeiro momento do estudo consistiu na revisão bibliográfica para o tratamento das teorias e do material que foi produzido sobre o tema em estudo. O levantamento bibliográfico foi feito em Maputo, nos centros de documentação do Centro de Estudos da População (CEP), no de Estudos Africanos (CEA), no Ministério da Mulher e da Acção

Social, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, no Arquivo Histórico de Moçambique e em outros centros de documentação pertencentes às instituições ligadas as questões da criança. Esta revisão bibliográfica possibilitou a construção do problema, das hipóteses do trabalho e do quadro teórico e metodológico que orientou o estudo.

3.1.2. Trabalho de Campo

O segundo momento do estudo consistiu no trabalho de campo que foi realizado no Distrito de Sussundenga na Província de Manica, apesar de inicialmente ter sido escolhido o Distrito de Manica. A opção por Sussundenga em vez do Distrito de Manica deveu-se a disponibilidade de condições para a realização de trabalho como a garantia de transporte para as deslocações às comunidades recôndidas, bem como facilidade de comunicação.

O trabalho do campo realizou-se no período compreendido entre 2 a 20 de Junho de 2006 nos quatro Postos Administrativos do Distrito de Sussundenga. Algumas entrevistas foram feitas em Português e outras em línguas locais (Ciutee e Cimanyika), recorrendo sempre a tradução, mas tendo sempre o cuidado de preservar a essência da informação recebida.

A selecção da amostra foi propositada e intencional que consistiu na identificação prévia de categorias sociais e profissionais que directamente lidam com a questão das Crianças Órfãs e Vulneráveis, tais como: representantes do governo, lideranças comunitárias, provedores de serviços para as COV,s e famílias com pessoas que cuidam de COV,s.

Durante o trabalho do campo foram feitas dezoito (18) entrevistas individuais e colectivas, sendo oito (8) na categoria de informantes chaves da comunidade, das quais três (3) com régulos, três (3) com membros de ABC (núcleos comunitários) e 2 grupos focais nas quais um com treze e o outro com 12 participantes. Na categoria de entrevista com representantes das instituições foram feitas quatro (4), sendo duas (2) com representantes das instituições Não Governamentais e duas (2) com representantes do Governo. Também foram realizadas duas (2) entrevistas com famílias vivendo com crianças órfãs e três (3) estudos de casos das famílias que cuidam das Crianças Órfãs e

Vulneráveis. Este método permitiu, por um lado a recolha de conhecimentos e opiniões dos indivíduos que lidam no seu dia a dia com as Crianças Órfãs e Vulneráveis dentro da comunidade e por outro lado a obtenção de informações sobre a forma como as famílias assumem a responsabilidade de cuidar dos órfãos. Desta forma, os estudos de casos permitiram dar mais detalhes sobre o tipo de vida destas famílias. Ainda neste estudo, foi também priorizado o método de observação participante durante a realização dos estudos de casos de modo a se inteirar melhor o ambiente em que estas famílias vivem.

Para garantir o princípio da anonimato dos participantes usou-se nomes fictícios nos estudos de casos apresentados neste trabalho.

3.2. Constrangimentos do Trabalho de Campo

O trabalho do campo constituiu um dos momentos mais marcantes deste pesquisa, pois foi possível conhecer o quotidiano em que vivem muitas famílias que cuidam das Crianças Órfãs e Vulneráveis (COVs). Apesar da proponente desta pesquisa ser uma funcionária de uma instituição que se lida com assuntos relacionados com as Crianças Órfãs e Vulneráveis nem sempre se tem a oportunidade de interagir com as famílias que cuidam dos COVs e outros envolvidos.

No entanto, o facto da pesquisadora ser uma funcionária de uma instituição governamental que lida com questões de Crianças Órfãs e Vulneráveis (COVs) que trabalha ao nível central o que pode por um lado ter, facilitado o trabalho de campo, por outro, inibido certos entrevistados de se expressarem livremente os seus sentimentos, pois alguns entrevistados tinham o sentimento de que estão perante uma “autoridade do nível central”, apesar de constantes explicações de que o trabalho que a funcionária estava a fazer não tinha nada a ver com o seu trabalho na instituição onde trabalha.

Por último, houve dificuldade de encontrar local de hospedagem no Posto Administrativo de Rotanda que dista 65 km de Sussundega-Sede, razão pela qual o trabalho tinha que ser feito num dia e conseqüentemente não foi possível realizar mais entrevistas, assim como estudos de casos.

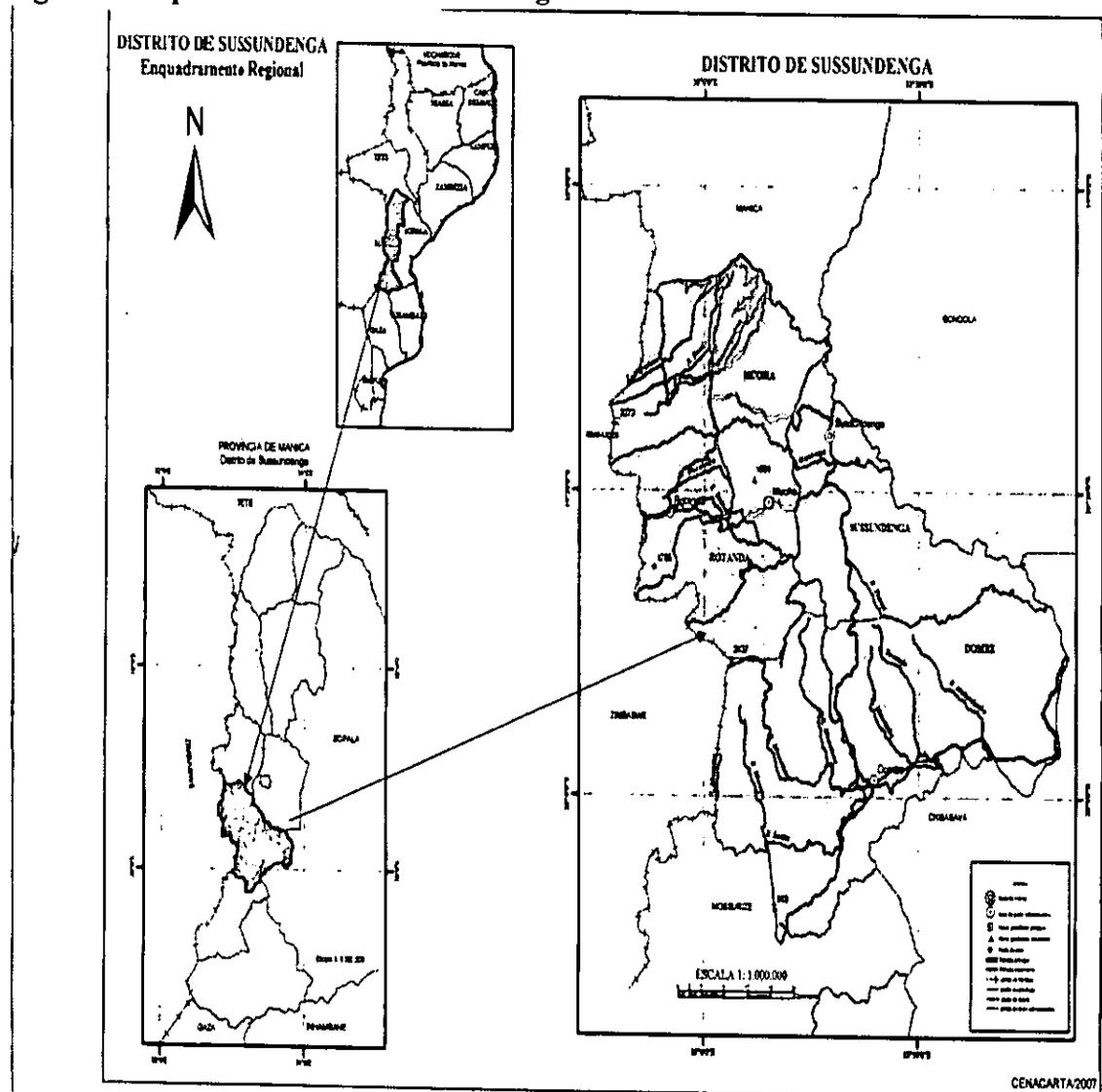
IV CAPÍTULO

4. Apresentação e Interpretação dos Resultados

Neste capítulo vai-se proceder, num primeiro momento, à apresentação do Distrito de Sussundenga em termos de localização geográfica, clima, sua população, seu enquadramento histórico, sociocultural e administrativo. E num segundo momento irá se proceder à apresentação e interpretação dos resultados do trabalho de campo.

4.1. Distrito de Sussundenga

Figura 3: Mapa do Distrito de Sussundenga



Fonte : CENACARTA (2007)

4.1.1. Localização Geográfica

Sussundenga é um dos 10 distritos da Província de Manica, situado na zona central da Província. Este distrito localiza-se entre as latitudes 19° 00 e 20° 30 a sul e longitude 32° 30 e 34°00. O clima é predominantemente do tipo “Tropical Chuvoso de Savana” com duas estações distintas, a chuvosa e a seca. O Distrito de Sussundenga limita-se a Norte pelos Distritos de Manica e Gondola através dos rios Revue e Zónue, a Sul com Distrito de Mossurize, Este com Distrito de Búzi (Província de Sofala) e Oeste com República do Zimbabwe (MAE, 2005).

O Distrito tem uma das grandes atracções turísticas que é a reserva de Chimanimani que cobre uma área de cerca de 1.050 Km², sendo nesta onde se localiza o ponto mais alto de Moçambique, o Monte Binga com 2.436 metros de altitude.

Sussundenga tem uma superfície global de 7.060 Km² distribuído pelos seus quatros Postos administrativos, como ilustra a tabela abaixo.

Tabela 1: Área Geográfica por Km²

Posto Administrativo	Área Geográfica Km ²
Sussundega-Sede	2.411
Rotanda	1.427
Muôha	1.178
Dombe	2.044
Superfície Total	7.060

Fonte: Administração do Distrito de Sussundenga

4.1.2. Dados Etno-históricos

A história de Sussundenga é antiga e está ligada ao grande império de Mwenemotapa que existiu entre os anos 1440 a 1800 a partir da desintegração do Estado do Zimbabwe. Este Império ficou conhecido na história através das suas actividades de mineração de ouro e

comércio de marfim que lhe permitiu, em pouco tempo, ter um rápido desenvolvimento populacional (Rita-Ferrerira, 1986).

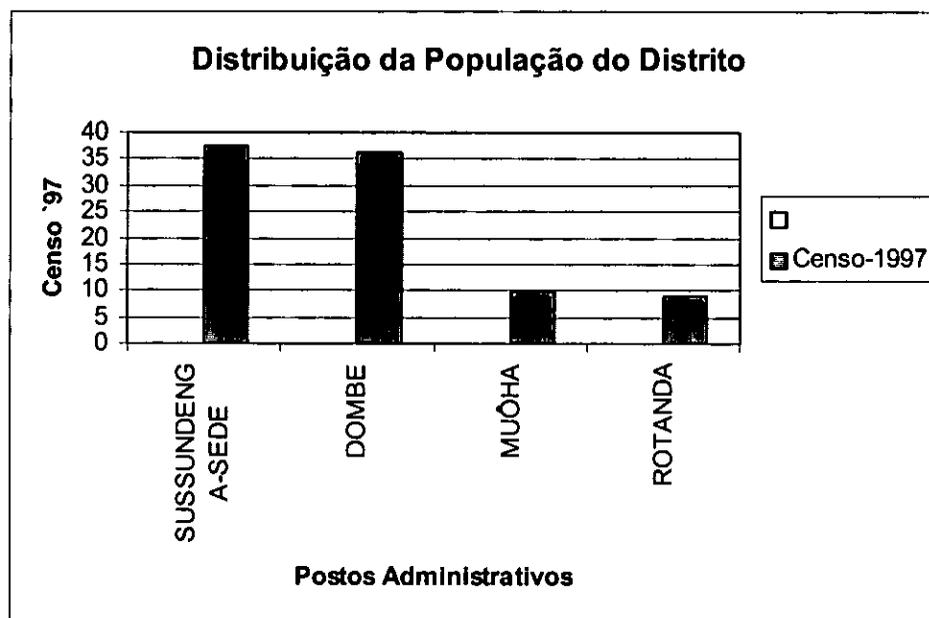
Alguns etno-historiadores, como por exemplo, Rita-Ferreira, pressupõem que foi através do rápido crescimento populacional e económico que a região transitou do sistema matricêntrico para o patricêntrico que é a principal característica das populações da região do Sul do Rio Zambeze, actualmente (Idem:128). Este argumento é também sustentado por Feliciano (1989:267) que diz que as trocas comerciais de objectos de valor de prestígio favoreceu a centralização do poder pelas chefias nos Estados existentes no século XVI no Sul do Rio Zambeze, pois nestes Estados os lugares da chefia eram ocupados essencialmente por homens, fortificando assim o seu poder em outras áreas da vida social.

Esta região é habitada por grupo étnico Shona com falantes das variantes Cimonyika, Cindau e Ciutee.

4.1.3. População

O Distrito de Sussundenga tem uma população recenseada em 1997 de 92.622 habitantes e projectada para 2006 em 131.359, sendo 67.973 mulheres e 63.386 homens, como mostra a figura 3. Estes dados correspondem a 9.6% do total da população da província e tem uma densidade populacional de 16.9hab/Km² (INE, 1997). De acordo com Administração de Distrito (2004), Sussundenga tem estado a conhecer um rápido crescimento populacional, principalmente ao longo das vias de acesso onde se encontra maior parte de infra-estruturas socio-económicas. Segundo o IDS 2002/03 a Província de Manica apresenta uma das maiores Taxa Global de Fecundidade com 6.7 filhos por mulher e uma das menores índices de Esperança de Vida fixada em 40 anos.

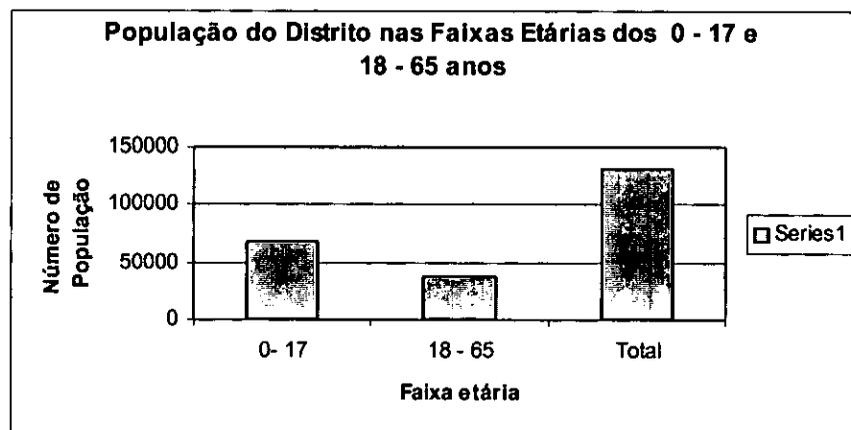
Figura 3: Distribuição da População de Sussundenga por Postos Administrativos



Fonte: INE (1997)⁶

Em relação à estrutura etária há que referir que o Distrito de Sussundenga apresenta uma população muito jovem, encontrando-se mais de metade da população abaixo dos 18 anos como mostra o gráfico abaixo. Este trabalho tem enfoque para a criança, por isso para o grupo etário dos 0 aos 17 anos, pois ele procura analisar mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável em Sussundenga.

Figura 4: População do Distrito nas Faixas Etárias dos 0-17 anos e dos 18-65 anos



Fonte: Dados da Projecção de 2006 (INE, 1999).

⁶ Os dados da Projecção não são desagregados ao nível de Postos Administrativos.

A agricultura constitui a principal actividade económica, envolvendo a maior parte dos habitantes do distrito, sendo o milho a principal cultura. Este distrito possui solos bastante férteis, principalmente nos Postos Administrativos de Rotanda e Dombe (Administração do Distrito de Sussundenga, 2006).

4.1.4. Algumas Infra-Estruturas Sociais

De acordo com o Censo de 1997, apenas 2% da população do Distrito beneficia de energia eléctrica, concentrada em Sussundenga-sede e o abastecimento de água potável constitui ainda um problema. De acordo com Censo de 1997 o distrito tem uma taxa de analfabetismo de 73,4% conforme a tabela 1. Actualmente, o distrito possui 70 escolas, sendo 54 do ensino primário do primeiro grau (EP1), 15 escolas primárias completas (EPC), 43 centros de alfabetização e duas escolas secundárias (MAE, 2005; Administração do Distrito, 2006).

Tabela 2: População, por condição de Alfabetização, 1997

	TAXA DE ANALFABETISMO		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE SUSSUNDENGA	73.4%	61.9%	83.4%
5 - 9	92.9%	91.7%	94.0%
10 -14	66.2%	61.2%	71.6%
45 e mais	64.7%	45.7%	79.2%
P. A. De Sussundenga	65.6%	52.6%	77.3%
P. A. De Dombe	86.5%	77.1%	93.9%
P. A. Muhoa	61.4%	50.3%	72.5%
P. A. Rotanda	66.3%	57.0%	75.0%

Fonte: INE (1997).

A rede de infra-estrutura de saúde compreende um (1) centro de saúde do tipo 1, incluindo internamento e maternidade. Existem também 6 centros de Saúde de tipo 2 localizados em Munhinga, Dombe, Rotanda, Matica, Mawuzi e Inhaurombe (Direcção

Distrital de Saúde, 2006). De acordo com Administração do Distrito 70% da população ainda tem que percorrer em média entre 12 a 30 km para encontrar cuidados sanitários. A malária e doenças diarreicas são as enfermidades mais frequentes. De acordo com as informações recebidas da Direcção Distrital de Saúde, o SIDA constitui, actualmente, a principal causa de mortalidade inter-hospitalar.

4.2. Existência das Crianças Órfãs e Vulneráveis (COV,s) e as Percepções da Comunidade

4.2.1. Percepções sobre Conceito Órfã

O Conceito Orfandade começa a ganhar maior importância actualmente no Distrito de Sussundenga devido ao aumento da mortalidade na população em idade reprodutiva, de acordo com opiniões dos vários entrevistados:

“A orfandade está a aumentar cada vez mais nesta comunidade. Razões para este aumento é que nestes dias há muitas doenças o que nos anos atrás não era assim, adoecia-se e morria-se, mas não como hoje, era raro e difícil haver morte simultânea de pai e mãe; hoje a morte dizima em simultâneo pai e mãe deixando crianças só, fala-se do HIV-SIDA”. **Régulo Sussundenga-Sede 17/06/06**

De facto, perante o aumento da orfandade o conceito “Criança Órfã” assume diversas interpretações: para uns a criança órfã é aquela que perde, principalmente, a mãe e para outros é aquela que perde ambos pais e que esteja numa situação de vulnerabilidade como ilustram os depoimentos abaixo:

“Como primeira linha é quando morre a mãe porque quando as crianças perdem a mãe há muita probabilidade de sofrer porque o cuidado que a mãe tem com a criança é diferente dos cuidados que o pai tem para com a criança. Mesmo que o pai case outra mulher os cuidados não são os mesmos que da mãe verdadeira. Em segundo lugar considera-se como sendo órfãs as crianças que perdem o pai”.
--- **Membro do ABC Sussundega – Sede 8/06/06.**

“Uma criança órfã é aquela que não tem nem pai nem mãe porque a responsabilidade de tomar conta duma criança num casal é de ambos. E a orfandade implica muitas vezes sofrimento”. **Avó de três órfãs em Matica 12/06/06.**

Estes depoimentos procuram, por um lado, reconhecer contributo do trabalho feminino para o bem estar da criança enquanto filho de uma família elementar⁷ e por outro, evidenciam a maior probabilidade que uma criança tem de sofrer quando se encontra numa situação de orfandade. Na verdade esta posição reconhece implicitamente a contribuição do trabalho feminino nas relações de género e assemelha-se com a definição usada pelas Nações Unidas sobre quem se considera como sendo criança órfã (Phiri & Webb, 2002; World Bank, 2002).

Nestes discursos, transparece a ideia de que não é o simples facto de perder um ou ambos pais que se considera órfã, mas sim pelo facto de se encontrar numa situação de sofrimento, vulnerabilidade. Portanto, uma criança com maiores necessidades básicas de sobrevivência, tais como em alimentação, habitação, vestuário, saúde, etc.

Nas várias opiniões dos habitantes de Sussundenga foi também referido que a orfandade não só consistia na perda dos pais, mas também na ausência dos outros membros que compõem a família de uma criança:

“Considera-se órfã quando a criança perde ambos pais e não tem também familiares muito próximos para a ampará-la”. **Tio-avô⁸ de três crianças órfãs em Mõha 13/06/06**

Na verdade, a família no contexto da família rural tem sido importante nas estratégias de sobrevivência das crianças órfãs e das famílias vivendo com as crianças órfãs. É por isso, que para alguns ser criança órfã é não ter uma família, para partilhar o quotidiano, a

⁷ Família Elementar de acordo com Loforte (2000) é composta pelos pais, mãe, pai e filhos

⁸ Tio-avo refere-se ao tio da mãe da criança.

vivência é, acima de tudo, não se sentir protegida. Para alguns habitantes de Sussundenga não é apenas a ausência de pais biológicos que se considera uma criança como sendo órfã, mas sim não encontrar enquadramento na comunidade, não ter quem a possa acolher.

Apesar de várias opiniões, a ideia predominante foi de que o conceito “Criança Órfã” não está apenas relacionado com a perda de “pais biológicos”, mas encontra enquadramento no contexto das próprias estratégias de sobrevivência da comunidade, da família rural, enquanto sistema de segurança social.

O quotidiano, a convivência em Sussundenga, mostra que a existência de “Pais Sociais”⁹ na comunidade não implica a ausência do conceito “Orfandade”, pois este conceito vai para além de simples perda de “Pais Biológicos”. Orfandade significa sofrimento, vulnerabilidade, falta de protecção, é acima de tudo a ausência de laços de solidariedade e interajuda que são baseados na família rural moçambicana.

No entanto, a existência do estatuto de “Pais Sociais” pode ser considerada como sendo um mecanismo ou elemento socio-cultural de grande importância para mitigação dos efeitos psicológicos relacionados com a perda dos “Pais Biológicos” da criança, pois a sensação, de ter a quem chamar de “pai” ou “mãe” pode ajudar a superar o sentimento de perda de “pais biológicos”.

As opiniões colhidas em Sussundenga sobre o conceito “Criança Órfã” remetem ao próprio conceito da “Criança” na comunidade, pois acredita-se que existe uma fase de vida de um indivíduo, cuja sobrevivência é garantida ou assegurada por uma figura ou uma pessoa com “capacidades” mentais e físicas de um indivíduo crescido.

⁹ Na tradição local o conceito tios ou tias não existe, os tios são também chamados de “pais” e as tias maternas de mães, ambos designados de pais sociais. Mais de acordo com Fernando (1996) “pais sociais” podem ser também tios maternos nas famílias materlinerres.

4.2.2. Percepções sobre Conceito Criança

Partiu-se do pressuposto de que o conceito “Criança” é uma construção social que é social e culturalmente dependente, podendo variar de uma sociedade para outra, apesar da definição oficial fixar a faixa dos 0 a 18 anos (Convenção dos Direitos da Criança, 1998; Foster, 2000; Kindernohtilfe, 2004).

No Distrito de Sussundenga as opiniões quanto ao conceito criança divergem, para uns o indivíduo deixa de ser criança quando atinge a puberdade, inicia a vida sexual, enquanto que para outros é a partir da altura em que se atinge a maturidade que é determinada pelo facto de poder realizar certos trabalhos como mostram os depoimentos abaixo:

“A pessoa deixa de ser criança quando, se for menina, tem mamas, começa a mostrar algum interesse pelo sexo oposto e consegue ajudar a mãe nos trabalhos de casa e quando é homem começa a sair barba, ter voz grossa e o seu comportamento começa a mudar, (consegue construir uma casa, interessa-se pelas meninas).” Régulo em Rotanda 13/06/06

“Considera-se um indivíduo como não sendo mais criança quando consegue fazer o trabalho que um adulto sabe fazer e tem mamas e tem menstruação, quando for menina, e quando for rapaz tiver barba e sabe fazer o trabalho que os outros homens fazem, como construir casa”.
Guardião de três Órfãs em Matica---12/06/06

a) *“Antigamente era mais fácil porque as pessoas só eram consideradas adultas depois de demonstrarem algum trabalho. Muitas eram consideradas adultas muitas vezes depois de irem para Zimbabwe e África do Sul e eram as velhas a dizer que você já cresceu e já pode casar. Mas, nesta fase em que nos encontramos, as coisas não são assim. É a própria criança que de uma forma propositada se casa sem ser autorizada e às vezes só traz filho*

enquanto é criança e nestes casos nós considerarmos como sofrimento, isto de ter criança enquanto é pequena porque tanto fisicamente como economicamente ainda não está preparada”.

Régulo em Munhinga 12/06/06

Estes discursos sugerem que, apesar da puberdade ser importante para a transição à maturidade, este processo tem estado a sofrer mudanças no contexto das transformações sociais que têm ocorrido na comunidade de Sussundenga ao longo do tempo, mas que a capacidade e possibilidade de realizar trabalhos com perfeição e autonomia é determinante e prevalecente neste processo.

Apesar do pensamento dominante determinar a transição à maioridade da criança como saber fazer certos trabalhos com perfeição houve também outras opiniões menos dominantes que afirmaram que a participação em certos eventos como ritos de iniciação, casamento e nascimento de um filho, como sendo um dos principais aspectos que marcam esta transição. O facto de ter sido um menor número dos entrevistados a considerar os eventos como ritos de iniciação que marcavam a passagem a idade adulta mostra que há uma tendência de mudança de valores que pode implicar na introdução de novos valores em relação ao conceito “criança”. Com efeito, alguns estudos feitos sobre este assunto indicam que, por exemplo, a participação nos ritos de iniciação marcava a passagem dos indivíduos a idade adulta.

MICAS (1999) indica que o conceito criança em Moçambique não está ligado a uma idade específica, sendo determinada por um conjunto de transformações de carácter físico e mental. No estudo realizado por ARPAC (1996) sobre as responsabilidades das crianças na Província de Manica, refere-se que a criança é um ser integrado gradualmente na sociedade num processo de aprendizagem contínua e que se distingue do adulto, sobretudo através das doenças infecciosas que a afectam como varíola, sarampo, etc o que significa que quando a pessoa deixa de ter estas doenças já não é mais criança.

A forte relação existente entre a criança e o trabalho é demonstrada no Inquérito sobre a Força do Trabalho realizado em 2006 pelo INE em que se constatou que 32% das

crianças com a idade compreendida entre os 7 a 17 anos estão envolvidas em qualquer tipo de actividade económica (UNICEF, 2006). O mesmo estudo constatou que esta percentagem é maior nas zonas rurais com 40% e a Província de Manica ocupando o terceiro lugar ao nível nacional com 38%. Na verdade, apesar dos dados apontarem às razões de ordem económica para esta situação, não pode ser descartada a possibilidade da mesma estar ligada as razões de natureza sociocultural como demonstra o estudo realizado pela Handicap International (2002:36) em que se aponta que a participação quotidiana da criança nos trabalhos realizados pelos adultos faz parte do processo de socialização, integral gradual da criança no “mundo dos adultos”.

Em Moçambique, apesar de a definição oficial considerar criança indivíduo abaixo de 18 anos, a lei do trabalho admite emprego a indivíduo a partir dos 15 anos. Esta discrepância demonstra que existe dificuldade de ligar a teoria à prática por um lado, por outro a complexidade na abordagem do conceito criança.

4.2.3. Mecanismos de Ajuda /Solidariedade

Os mecanismos de ajuda ou solidariedade em Sussundenga, especialmente aos relacionados com assistência dos órfãos, são construídos, principalmente, em torno de parentesco, vizinhança, bem como do simbólico como mostram alguns estudos.

Contudo, a orfandade devido ao SIDA coloca desafio grande à comunidade pelo facto de provocar mortalidade em indivíduos em idade reprodutiva. Efectivamente, os mecanismos de assistência da criança tornada órfã estão sendo fortemente influenciados pela epidemia do HIV/SIDA.

A partir dos discursos da população de Sussundenga observa-se que os mecanismos de Ajuda/ Solidariedade, principalmente referentes à protecção da Criança Órfã e Vulnerável, integram-se nos vários mecanismos existentes para protecção da família enquanto instituição responsável pela reprodução social como mostra alguns estudos (Giddens, 1997).

Um destes estudos é do Maússe (1997: 79) que observou que a integração das crianças vulneráveis em famílias substitutas¹⁰ no período após a guerra civil em Moçambique constituiu um dos mecanismos de reprodução social que visava não só garantir a solidariedade social, mas também a produção e reprodução do capital humano. Para este autor o processo de integração da criança em famílias substitutas não era novo, mas era já verificável face aos conflitos armados ocorridos no país.

Alguns destes mecanismos enquadram-se nas diversas práticas culturais de protecção da família, especialmente patrilinear. Algumas destas práticas são caracterizadas como estando em conflito com a “modernidade” e com a epidemia de HIV/SIDA, pela forma como são praticados como relatam os seguintes entrevistados:

“A forma típica daqui é encontrar entre irmãos do falecido um outro que toma conta da mulher do falecido e seus filhos, a forma conhecida como “Kupita-kufa”, mas que tem caído em desuso nestes últimos anos, apesar de estar sempre presente nas zonas mais recônditas. Muitas pessoas escolarizadas ou informadas rejeitam esta forma porque desconfiam da causa da morte do irmão” **Membro do ABC.. 08/06/06 Sussundega-Sede**

“Sobre as formas de cuidarem das crianças, antigamente era um dos irmãos do falecido que se juntava com a cunhada para poder cuidar dela e das crianças. Mas agora aqui em Matica esta forma que é ‘Kupita-kufa’ acontece muito pouco porque as pessoas já estão tomando consciência do perigo de HIV/SIDA”. **Grupo Focal Matica 12/06/06.**

A prática de Kupita-kufa¹¹ insere-se num contexto mais amplo na continuidade das relações sociais existentes entre as duas famílias que estabelecem laços na base de alianças matrimoniais, portanto garantidas através do lobolo. Entretanto, apesar de alguns

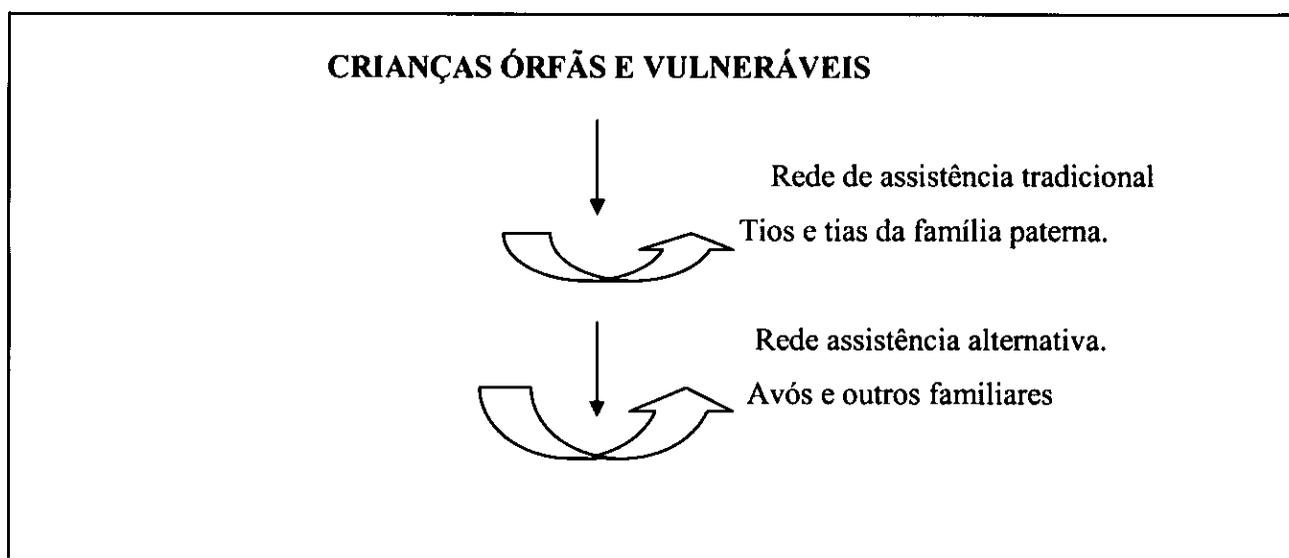
¹⁰ Famílias Substitutas são tidas como sendo aquelas que não tem nenhum laço de familiaridade com a criança sobre a sua tutela.

¹¹ É a denominação local para a prática de Levirato e sororato na qual na primeira consiste no casamento entre o irmão e a esposa do falecido, enquanto que na segunda é o casamento entre o marido e irmã da falecida esposa com vista a continuidade das relações entre as duas famílias (Cipire, 1996). Esta cerimonia é também mais conhecida como de purificação depois da morte. Apesar desta prática atentar contra os direitos da mulher, ela é retractada, neste trabalho mais no seu sentido positivo

dos entrevistados reconhecerem que se pratica cada vez menos “Kupita-kufa”, há percepção generalizada de que a sua prática tinha, no contexto da organização social, a função de proteger não só a viuva, como também a criança nestas comunidades. A opinião de que a cerimónia de Kupita-kufa é cada vez menos praticada é também sustentada pelo estudo de Save Children (2006:67). Este estudo realizado em quatro províncias do país, entre as quais a de Manica, refere que devido à epidemia do SIDA e tratando-se de uma cerimónia também de purificação¹², algumas comunidades têm procurado encontrar formas de substituição que não envolvam a prática de relações sexuais.

Os mecanismos de assistência das Criança Órfãs e Vulneráveis são essencialmente baseados na família paterna, pois de acordo com a tradição local a família paterna é que deve assumir a responsabilidade das crianças. É por isso, que a rede de segurança tradicional é numa primeira linha baseada na família paterna como ilustra a figura abaixo.

Figura 5: A rede de Segurança Tradicional em Sussundenga



Fonte: Adoptado de Jackson-2004: 346

¹² Cerimonia de purificação é uma pratica considerada de “limpeza” após a morte, principalmente depois da morte do marido ou esposa.

Todavia para que este sistema seja funcional é necessário que a família do pai tenha cumprido com todas as condições pré-estabelecidas para que esta criança passe a pertencer à família paterna, como ilustra o depoimento a seguir:

“Se é que a família do pai da criança não pagou “Koroora” (Lobolo) então combinam, dependendo da bondade deles. Por exemplo, a avó paterna pode dizer que quer a criança do seu filho. Ele pode levar a criança e ficar com ele, mas muitas vezes depende do amor que tem com as crianças. Mas, quando se paga Koroora aí não há dúvidas nem confusão porque se sabe que as crianças pertencem ao fulano, à família paterna e não se espera da decisão”. **Membro do ABC de Môha 13/06/06.**

Junod (1996: 257) que estudou intensamente a comunidade thonga no Sul de Moçambique, que é também sociedade patrilinear, refere que o poder patriarcal nestas comunidades apoia-se muito no lobolo, pois é através dele que se adquire o direito à paternidade e herança.

O pagamento do lobolo em Sussundenga parece ser um facto não dependente do casamento. Portanto, através dos relatos, a criança pode passar a pertencer à família paterna mesmo sem os pais terem sido casados em vida, bastando pagar o valor estipulado como lobolo à família materna. A importância do simbolismo do lobolo é demonstrado pelo facto de o seu pagamento não conhecer um limite temporal, podendo fazê-lo mesmo depois da morte dos progenitores da criança.

O trabalho de campo mostrou que a assistência “ideal” não só é paterna, mais também masculina, o que reduz o raio da acção em termos da assistência da criança órfã. É certo que, as tias paternas só se podem responsabilizar pelas crianças enquanto não estiverem casadas, pois o casamento em Sussundenga implica a passagem da mulher para a família do marido. Neste sentido, a mulher deixa de ter obrigações e deveres para com a sua família. Como dizia um entrevistado:

“ (...) Mas com a irmã costuma ser diferente porque quando ela casa e paga-se todo Koroora ela não deve nada a família da mulher, ela passa a pertencer à família do marido. Então é mais fácil ela ter a responsabilidade dos órfãos quando não está casada”. Régulo de Rotanda 13/06/06

Realmente, a assistência da criança órfã através da família paterna é garantida através de lobolo, pois de acordo com opiniões dos entrevistados acredita-se no contexto das cosmologias culturais¹³ que a verdadeira família da criança é a família paterna:

“A primeira pessoa se tiver um irmão legítimo ou irmão do pai da criança é que toma conta destas crianças. A família da mãe pode levar, mas com dificuldade o caso concreto é aquele miúdo de que falei que vive com o tio-avô materno. O tio não fica satisfeito com a situação até já o havia o expulsado de casa, isto porque o tio-avô sente que o miúdo não é da sua própria familiaridade, não se sente muito responsável por ele. A família da mãe não é família própria da criança, a família própria da criança é aquela que pagou a “Koroora”, portanto a família paterna. Membro do ABC em Mõha 13/06/06

Esta visão reflecte, em larga escala, a percepção que a maior parte da população de Sussundenga tem acerca da importância e do valor de “Koroora” enquanto um mecanismo determinante para filiação na família paterna, já que se acredita que a criança só poderá estar “saudável” social, espiritual e psicologicamente estando na família paterna.

A importância que se atribui ao “Koroora” na zona centro só pode ser explicada no contexto das relações sociais existentes na base do género como refere Loforte (2000:130), que o lobolo é valorizado por várias razões: para as mulheres é questão de prestígio, de valor, e para os homens as obrigações inerentes asseguram-lhes a segurança social e estabelecimento legal de dependentes legítimos.

¹³ Matsinhe (2005) define como sendo cosmologias culturais a junção das crenças, tradições, costumes para dar sentido a vida dos indivíduos no contexto sociocultural, principalmente no meio rural.

Assim, o modelo de protecção “ideal” das Crianças Órfãs e Vulneráveis em Sussundenga enquadra-se, fundamentalmente, no sistema de parentesco que procura classificar os seus membros em diferentes categorias de acordo com sexo e sucessão de nascimentos, numa forte relação de interacção com os espíritos dos antepassados (Feliciano, 1989:435). Assim, o primeiro nível do modelo “ideal” de protecção das Crianças Órfãs e Vulneráveis de acordo com a tradição local não só é baseado na família paterna, como também é masculino como se apresenta na figura 4. É claro que se trata apenas de um modelo “ideal”, pois na prática a realidade é bem diferente.

Contudo, apesar de no contexto da tradição local a assistência “ideal” para a criança órfã ser essencialmente masculina, na prática é feminina, uma vez que existem muitas Crianças Órfãs e Vulneráveis em Sussundenga vivendo com avós, tanto paternas como maternas. No entanto, a mudança nos mecanismos de solidariedade enquanto mecanismos de assistência das crianças órfãos deve ser vista no contexto das transformações sociais e nas próprias estratégias de sobrevivência da comunidade. De facto, numa comunidade com carências económicas a motivação para cuidar dos órfãos não depende apenas de sentimento da caridade e de relações de familiaridade, mas sim este sentimento é fortemente influenciado também pelo poder económico como mostra o seguinte depoimento:

“Algumas famílias quando negam ficar com as crianças é por causa das despesas que o tomar contam numa criança acarreta (comida, roupa, sabão, escola). A escola precisa do caderno e logo quando pensam nisto começam a recusar e diz que eu não vou aguentar porque nem só com as minhas crianças não estou a aguentar com as despesas e quanto mais com estas crianças todas que ficaram não hei-de conseguir, daí recusam. Praticamente tudo falta nestas famílias, muitas delas vivem de qualquer maneira”. **Membro do ABC de Môha 13/06/06.**

O inquérito sobre o bem estar dos agregados familiares -IAF realizado em 2002/2003 aponta para uma redução de índice de pobreza na Província de Manica na ordem de 19% em relação ao IAF 1996/1997, portanto de 62,2% para 43,6%. Mas o estudo encomendado pelo Governo Provincial de Manica em 2002 constatou que o índice de

pobreza no Distrito de Sussundenga era de 69%. Estes dados mostram que apesar da província de Manica possuir potencialidades de vária ordem, a pobreza afecta a maioria da sua população e isto pode condicionar os modos de vida das pessoas, especialmente nas zonas rurais onde a pobreza é mais acentuada.

Entretanto, ao longo do trabalho do campo foi notório que a maior parte das famílias, principalmente as chefiadas pelas avós e crianças, vivem numa situação de pobreza e vulnerabilidade social, algumas delas a sua sobrevivência é totalmente dependente dos outros membros da família, vizinhança e comunidade. Esta constatação não é surpreendente, pois outros estudos, como por exemplo, no inquérito sobre as capacidades das comunidades de cuidarem das Crianças Órfãs e Vulneráveis realizado pelo Ministério da Mulher e da Acção Social¹⁴ em 2006 chegou também à mesma constatação.

Porém, no trabalho de campo notou-se que o sentimento que a comunidade tem sobre a vulnerabilidade social é comparável a descrita no estudo realizado por MISAU/DANIDA (2004:116) em que os habitantes da província de Tete associam o facto de doença e morte poder atingir a qualquer indivíduo no seio da sua comunidade a qualquer momento. Assim, o espírito de ajuda é guiado mais pela noção de dádiva e solidariedade.

Assim, a mudança nos mecanismos de assistência à criança, enquanto rede de segurança social assente no colectivo, enquadra-se na própria mudança de direcção que foram influenciados pela introdução de novas relações produtivas nas comunidades rurais, em direcção a base individual, relações estas que anteriormente eram assentes na colectividade, bem como, na mudança também das relações de produção que implicaram na substituição dos investimentos colectivos por investimentos individuais (Feliciano, 1989: 288).

Numa outra vertente, a mudança nos mecanismos de assistência da criança anteriormente existente em Sussundenga, não se restringe apenas a factores socio-económicos como tem sido amplamente difundido, mas também às práticas socioculturais. A questão da assistência da Criança Órfã e Vulnerável não é apenas uma questão de sobrevivência,

¹⁴ Este inquérito foi realizado ao nível nacional entre 2004 a 2005.

mas sim assume também valor social, simbólico e espiritual. À semelhança de outros estudos a criança enquanto parte integrante de “posse de riqueza”¹⁵, ainda mantém este valor em Sussundenga. O estudo de caso abaixo poderá detalhar alguns aspectos acima referenciados: trata-se de história de uma família, cuja chefe é uma idosa que toma conta dos seus quatro netos.

1º Estudo de Caso

É uma avó que aparenta ter 70 anos ou mais. Vive com os 4 netos desde o falecimento do filho em 2004, em Sussundega-Sede, sua terra natal. O mais velho, Samuel tem (16), a segunda, a Ana, tem (15) anos, a terceira, a Marta, com (12) e o último António tem (8) anos.

Devido à idade avançada, a avó não se recordava com exactidão da ocorrência dos factos, mas o Samuel recorda-se de tudo até ao pormenor.

De acordo com Samuel, quando os pais estavam vivos, ele e os irmãos viviam no Distrito de Manica onde o pai trabalhava no Conselho Municipal e até à altura da sua morte exercia as funções de vice-presidente do Município de Manica. No Distrito, o Samuel disse que o pai construiu uma casa grande, mas por falta de entendimento com a família da mãe tiveram que sair de lá, estando neste momento a viver numa casa precária em vias de desabar a qualquer momento. De acordo com o Samuel, quando chove ficam todos encharcados de água porque a cobertura precisa de ser reposta. *“Agora passamos muitas dificuldades, por isso eu todos os dias penso nos meus pais, apesar de bons tratos da vovó, a vida aqui está muito difícil para nós, desabafa-a Ana”*.

Segundo o Samuel, os pais ficaram muito doentes antes de morrer. A mãe foi a primeira a morrer em Fevereiro de 2000, depois de ter ficado gravemente doente durante dois meses. Quando a mãe morreu o irmão mais novo tinha na altura apenas (2) anos. O Samuel disse que quando a mãe morreu não houve nenhuma mudança em termos de situação socio-

¹⁵ Feliciano, 1989, p.277. Na sua análise sobre o sentido de riqueza para a etnia Thonga que tem muitas características idênticas com o grupo étnico shona salienta que a riqueza é definida através de indicador como o maior número de esposas, filhos.

económica, pois o pai trabalhava no Conselho Municipal. Antes o pai tinha sido funcionário da Textáfrica e a mãe era doméstica. Depois da morte da mãe a avó com quem vivem actualmente ficou com eles em Manica durante três meses, depois passou a visitá-los frequentemente. A tia, irmã do pai, levou o irmão mais novo para viver com ela em Sussundenga-Sede, porque era muito pequeno e exigia ainda mais cuidados. O Pai começou a adoecer em 2002, mas a doença dele agudizou-se em 2003, tendo ficado sem trabalhar durante quase seis meses. Durante este período a avó passou a viver com eles até à morte do pai em Fevereiro de 2004, no mesmo mês que morreu a mãe.

O Samuel recorda-se de tudo que se passou depois da morte do pai, até tem guardados todas as mensagens que foram lidas nas cerimónias fúnebres do pai. Eram mensagens de consolo, mas também de promessas dos serviços e colegas em continuarem a tomar conta dos filhos o que não está acontecendo. Segundo a avó, depois da morte do filho, houve muita confusão entre a família dela e da nora que pretendia levar tudo o que o filho tinha deixado, incluindo crianças, alegando que o filho em vida não havia pago o “Koroora”. Por isso, como castigo por não ter feito este pagamento, a família da mulher pretendia ficar com todos os seus bens, incluindo os filhos. Foi necessária uma negociação muito intensa para resolver o diferendo. Depois de muita discussão entre a família do pai e da mãe, decidiu-se que a família da mãe iria ficar com o dinheiro dos seis meses do falecido e tirando apenas uma pequena parte para custear a viagem da Família do Distrito de Manica para o Distrito de Sussundenga e poder sustentar as crianças nos primeiros dias da estadia no Distrito de Sussundenga. Em relação a casa o filho falecido já tinha deixado recomendações muito claras para que não se vendesse porque um dia quando os filhos passassem para níveis mais avançados do ensino, podiam precisar de viver no Município de Manica para prosseguir os estudos, visto que em Sussundenga-Sede só existe até ao nível secundário. Para cuidar da casa ficou um familiar do pai na referida casa. Em relação à pergunta se o tio que vive na casa deixada pelos pais se dava algum apoio, a avó disse que não dá porque ele é uma pessoa que tem poucas condições financeiras, mas tem ido visitá-los uma vez a outra.

O Samuel, (16) anos falando sobre a confusão entre a família do pai e da família da mãe, disse que está convencida que o pai não devia nenhum dinheiro de “Koroora”. “*Porém, o*

que a família da minha mãe queria, na verdade, era fazer confusão para se apoderar do dinheiro do meu pai alegando que tudo o que ele tinha fora conseguido com ajuda da esposa, portanto da nossa mãe”.

A avó das três crianças disse que devido a sua idade avançada actualmente não consegue fazer machamba e tem sido sustentada pela filha que vive em Sussundenga-Sede, apesar de estar casada. Segundo a tradição local, quando uma filha se casa e o marido paga todo “Koroora” ela passa a pertencer a família do marido e não tem a obrigação de ajudar à sua família, pois passou a pertencer à família do marido. *“ eu tenho sorte porque o meu genro deixa que a minha filha me ajude e como ele não tem nenhuma dívida connosco ele não tem a obrigação de nos ajudar, se o faz é porque tem bom coração”.* A avó das três crianças disse que teve seis filhos: três mulheres e 3 homens, mas os três filhos faleceram no mesmo ano por causa de doenças com sintomas semelhantes. Para além da filha que vive em Sussundenga, tem mais duas que estão também casadas e vivem, uma em Gondola e a outra em Chimoio. Elas têm a visitado quando podem. Uma das filhas vivem com dois sobrinhos, filhos de um dos filhos falecidos. A perda dos filhos abalou-a bastante porque de acordo com a tradição os filhos é que eram pessoas indicadas para sustentá-la, tendo sido muito difícil para ela superar a morte dos três filhos.

O Samuel e a Ana (15) anos disseram que em relação ao relacionamento, tanto com avó como com as tias, não existe nenhum problema. Mas a maior dificuldade que têm é a habitação em que residem que é precária e a comida que não tem sido suficiente, pois para poderem ter algo para comer, todos os dias a família é obrigada muitas vezes a passar apenas uma refeição por dia. Este sentimento aparece reflectido na conversa tida com a Ana. Em relação ao irmão mais novo, António, de 8 anos, este passa a maior parte do tempo em casa da tia, já que está muito habituada a ela por ter sido a pessoa com quem viveu desde os seus 2 anos depois da morte da mãe.

Segundo a avó, os outros problemas que a família passa, para além da casa e comida, é a falta de sabão e caril. A avó das crianças confessou ter sofrido uma grande mudança com a vinda dos seus netos para junto dela: *”pois, enquanto eu vivia sozinha quando tivesse uma lata de farinha durava um mês, mas agora só leva uma semana. A vida está difícil*

porque agora eu não consigo fazer machamba, só vivo da ajuda da minha filha". Todavia, a avó das crianças disse que a família tem boas relações com os vizinhos e que até tem os apoiado algumas vezes em caril e outras coisas. De acordo com avó a vizinhança não pode dar mais apoio do que aquele que tem dado porque também são pessoas que não têm muito.

Em relação à pergunta sobre aumento das crianças chefes de agregados familiares, a avó respondeu que era uma situação triste ver crianças a tomarem conta de seus irmãos. Disse que o aumento das crianças chefes de agregado familiar está também relacionada com a tradição local, tendo dado o seu exemplo. Ela disse que, por exemplo: *"quando eu morrer, os meus netos não poderão ir viver com as tias porque o facto dos genros terem pago todo o dinheiro de "Koroora" implicou a passagem das tias para outras famílias e os meus netos não pertencem às famílias dos meus genros, lá há outros espíritos"*. Acrescentou ainda que o que irá acontecer é que os seus netos permaneçam na casa da avó e as tias poderão, se os maridos o permitirem, continuar a apoiar os sobrinhos. Mas as crianças nunca irão viver nas casas das tias porque lá há espíritos de outras famílias.

Segundo o Samuel depois da morte do pai os serviços dele e colegas do pai, do Conselho Municipal, haviam-se comprometido em ajudar as crianças, mas este apoio só acontecia quando as crianças ainda estavam em Manica. Depois da sua saída de Manica nunca mais tiveram apoio. Contudo, o Samuel acha que talvez o serviço do pai não saiba como os localizar, porque devido às confusões que existiam entre as famílias da mãe e do pai aquando da sua saída de Manica, não se puderam despedir das pessoas, para evitar que a família da mãe os impedisse de levar as crianças.

Em relação à pergunta se a família recebia ou não uma pensão de sobrevivência visto que o pai trabalhava, o Samuel acha que pelo facto de na família do pai não haver pessoas escolarizadas e informadas, que ninguém tratou deste assunto por não saberem que seria possível conseguir a tal pensão. Por isso, Samuel não sabe se eles teriam o direito de receber a tal pensão ou não, porque ninguém tratou do assunto. Por parte das instituições, a avó disse que recebeu o primeiro apoio no início de 2006, que consistiu em Material escolar e da lá para cá ainda não receberam mais apoios.

A Ana, a irmã de (15) anos do Samuel, apesar da sua timidez diz que a avó é muito simpática, mas recorda-se dos pais todos os dias por causa das muitas dificuldades materiais e financeiras que enfrentam desde que passaram a viver em Sussundenga-Sede. Em jeito de desabafo a Ana diz *“Em Manica nós tínhamos uma boa casa e nunca dormíamos com fome, mas aqui não temos boa casa e dificilmente dormimos com barriga cheia porque a vovó vive da ajuda da tia que nos tem dado semanalmente comida. Se não fosse a tia não sei como havíamos de viver porque a vovó não consegue fazer machamba”*.

De um modo geral, esta família passa dificuldades, pois a avó está numa idade avançada e não consegue fazer muita coisa. Por outro lado, é uma família que vive numa habitação precária e muito pequena para cinco pessoas. É uma casa sem nenhuma divisão e precisa de uma reposição urgente da cobertura. As crianças aparentam ter uma boa saúde, mas na conversa nota-se um sentimento de grande tristeza devido as condições precárias em que vivem. Este sentimento é maior ainda pelo facto destas crianças terem experimentado outro estilo de vida quando os pais estavam vivos. Ao longo da conversa nota-se que as crianças gostam da avó e incluem-na na lista das pessoas que gostariam de ajudar no futuro.

4.2.4. Crianças Chefes de Agregado Familiar

De acordo com Fundo das Nações Unidas –UNICEF (2005), estima-se que as famílias chefiadas pelas crianças têm estado a aumentar nos países mais afectados com HIV/SIDA, incluindo Moçambique.

Na opinião dos residentes de Sussundenga a emergência de famílias chefiadas por crianças encontra explicações nos contextos das transformações sociais operadas no país, principalmente no período pós-independência:

“(...) essa situação acontece por vários motivos: nesta nossa zona, devido à guerra, muitas famílias saíram para Republica do Zimbabwe e desta forma dispersando muitos familiares. Por isso, algumas destas crianças vivem sozinhas

porque os familiares não estão aqui, estão no Zimbabwe e é difícil localizá-los e outros porque os pais destas crianças quando estavam vivas não se entendiam com os familiares e quando morrem, esses familiares continuam a não ligar as crianças, como resultado destas contradições. Antigamente era fácil porque as famílias viviam num mesmo sítio e quando houvesse morte dos pais ou um dos pais era fácil encontrar dentro da família alguém que cuidasse das crianças”.

Régulo em Rotanda 13/06706

- a) *“(...) actualmente temos dois casos e que os seus familiares vivem longe daqui. Os pais saíram de longe vieram viver aqui. Depois da sua morte as crianças passaram a viver com avó. Só que a avó acabou falecendo e aqui ninguém conhecia os seus familiares, foi-se comunicar o chefe e ele foi falar na rádio, mas até aqui nenhum familiar apareceu. Isto quer dizer que vivem muito distante daqui e as crianças não sabem onde vivem os seus familiares tanto paternos assim com maternos”.* **Guardião de Órfãs em Môha 13/06/06**

Estes discursos convergem na ideia de que o fenómeno da criança chefe de agregado familiar é consequência dos vários processos de carácter socio-pólitico impostos à comunidade no decorrer do tempo, como o caso das migrações forçadas devido às várias guerras que afectaram a zona, mas também devido às políticas agrárias rurais implementadas no período após a independência nacional. Estas opiniões sugerem que o surgimento deste tipo de famílias está fortemente relacionado com factores exógenos que a própria comunidade foi sendo imposta ao longo do tempo no contexto de mudanças socio-políticas.

Segundo os depoimentos, a organização dos assentamentos humanos no período antes da independência, enquadrava-se nas estratégias de sobrevivência das comunidades, pelo que a morte ou a incapacidade por algum motivo dos “pais biológicos” em cuidar dos filhos era prontamente resolvida no quadro desta organização. Este argumento é sustentado por vários autores como Feliciano (1989), Casal (1996); Loforte (2000) que afirmam que a organização tradicional espacial tinha como objectivo dar respostas às necessidades das comunidades aos vários fenómenos sociais.

Assim, a ideia dominante foi de que as estratégias de desenvolvimento rural, principalmente as ligadas aos assentamentos humanos (aldeias comunais), por um lado e as migrações tanto internas como externas por outro, contribuíram para que surgissem as famílias chefiadas por crianças. Apesar dos vizinhos, amigos fazerem parte da família dentro do contexto moçambicano, existe em Sussundenga a percepção de que a criança só encontra integração social, psicológica e espiritual dentro da sua “própria família” que é família paterna.

Apesar da maioria dos entrevistados terem atribuído o surgimento das famílias chefiadas por crianças às questões estruturais tais como migrações, houve outras opiniões que atribuíram a este fenómeno aspectos de falta de relacionamento social entre os pais biológicos em vida e os outros familiares:

“(...) este fenómeno já se verifica aqui em Sussundenga-Sede nestes últimos anos. Muitas das vezes as crianças não são acolhidas por outros membros de família por haver desavenças entre os pais da criança e os outros familiares. Portanto, muitos dos casos que se assiste hoje das crianças chefes de Agregados Familiares é devido às contradições antigas entre os pais falecidos das crianças e seus familiares”. **Membro do ABC. 08/06/06 Sussundenga-Sede.**

- b) *“(...) isto acontece porque há algumas famílias que fogem das responsabilidades. Então se existir entre as crianças um mais crescido que as outras, as estruturas do bairro responsabilizam-no pelos irmãos, procuram orientá-lo a cuidar dos irmãos”.* **Régulo em Munhinga 13/06/06.**

Estes depoimentos mostram outra vertente da questão que procura enfatizar o papel das relações sociais e remete a ideia de que o fenómeno chefe de agregado familiar está relacionado com o enfraquecimento das redes de solidariedade entre os membros da uma comunidade (Foster, 2000; Jackson, 2004).

Num desenvolvimento, surgem opiniões de que não só os factores de ordem estrutural e social influenciam o surgimento do fenómeno, como igualmente apontam as práticas locais ligadas às regras de filiação como sendo também uma das razões, como disse uma avó que toma conta dos seus três netos:

“(...) quando eu morrer, os meus netos não poderão ir viver com as tias porque o facto de os meus genros terem pago todo o dinheiro de “Koroora” implicou a passagem das minhas filhas para outras famílias e os meus netos não pertencem às famílias dos meus genros, lá há outros espíritos”. **Avó tomando conta de três órfãs em Sussundenga-Sede13a 14/06/06**

Este discurso introduz novos elementos de carácter socio-cultural que podem ser importantes na análise do problema. Na verdade, este discurso reforça a ideia de que existem outros valores culturais que devem ser considerados na análise do fenómeno da criança chefe de agregado familiar, enquanto problema social. De facto ao longo do trabalho de campo foi marcante o facto de que a criança enquanto filha de alguém pertence à família do pai e que a família, nas zonas rurais, não inclui só os vivos, mas também os mortos (Honwana, 2002).

É importante referir que o fenómeno criança chefe de agregado, familiar está relacionado com o entendimento que a comunidade tem sobre o que é ser criança. Como se viu anteriormente, a transição à maioridade está ligada à capacidade de realizar certos trabalhos e não é determinada pela idade que oficialmente foi fixada entre os 0 a 18 anos de idade. Neste contexto, a ideia de que todos os indivíduos abaixo de 18 anos são crianças pode não corresponder ao entendimento que a comunidade tem sobre conceito “criança”.

O trabalho do campo mostrou que existem situações que as crianças, principalmente do sexo feminino, assumem a responsabilidade antes da morte de ambos pais, como aponta o seguinte depoimento:

" (...) Quando morre a mãe das crianças o pai é que se responsabiliza pelas crianças e se a idade lhe permitir, pode arranjar outra mulher. Se tiver uma criança mais crescida, então, esta vai assumindo o papel de cuidar dos irmãos até que um dia se o pai morrer ela acaba assumindo a responsabilidade total da família. Grupo Focal Matica 12/06

Este depoimento mostra que o facto de a criança começar assumir certas responsabilidades faz parte do processo de educação tradicional, da socialização. A aprendizagem de certas tarefas na sociedade moçambicana começa ainda em tenra idade e que o "saber fazer trabalho com perfeição" faz parte deste processo. A responsabilidade de tomar conta da casa e de cuidar dos irmãos tem sido, principalmente, indicada às crianças do sexo feminino. Na verdade, enquanto a criança chefe de agregado familiar demonstrar capacidade de assumir a responsabilidade de cuidar dos outros, ela (criança) pode não assumir esta categoria aos olhos da comunidade.

O trabalho do campo mostrou que as crianças chefes de agregado familiar não estão completamente sós. Existe, na maioria dos casos, sempre um suporte, apoio familiar, como mostrou também o estudo feito por Mussôlo (2005) no Distrito de Morrumbala, sobre agregados familiares chefiados por crianças. O seguinte estudo de caso ilustra melhor esta posição e outros aspectos relacionados com vivência numa família chefiada por uma criança.

2º Estudo de Caso

Trata-se de uma família chefiada por Maria, uma menina de 17 anos, mas que assumiu a responsabilidade da família quando tinha 15 anos de idade. Ela tem sob sua responsabilidade três irmãos menores, nomeadamente: Pedro (14); João de (12) e Juice de (8).

Ela e os seus irmãos viviam com ambos pais até Março de 2000, na altura em que faleceu a mãe. O Pai era antigo combatente e recebia uma pensão, cujo valor a Maria desconhece. A mãe adoeceu gravemente durante dois meses antes de morrer e padecia de febres altas, burbulhas principalmente nos axilas, pescoço Quando a mãe faleceu em 2000 a Maria

tinha apenas 11 anos e teve de ajudar o pai a tomar conta da sua irmã mais nova que na altura tinha apenas 2 anos de idade. Depois da morte da mãe veio uma tia viver com a família. No ano que a mãe perdeu a vida a Maria perdeu o ano lectivo porque teve de tomar conta da irmã que não aceitava ficar com mais ninguém senão com ela. A irmazinha mais nova, depois da morte da mãe, chorou incansavelmente durante um mês e ninguém a conseguia a consolar se não ela, tendo sido esta a razão da interrupção dos seus estudos naquele ano.

A mãe perdeu os seus pais quando ainda era criança e cresceu com um irmão que depois da morte da mãe passou a não se entender bem com o pai da Maria porque este alegava que o pai da Maria não tinha pago todo dinheiro da “Koroora”(lobolo). Pois, sem o referido pagamento a Maria e os seus irmãos nunca pertenceriam à família do pai, de acordo com a tradição local. Esta situação agudizou-se com a morte da mãe porque isto significaria que o pai da Maria devia entregar os seus filhos à família da sua falecida esposa, facto que o pai não pretendia fazer. Foi neste contexto, que o pai decidiu pagar o dinheiro ou a parte em falta. Todavia, o tio da Maria recusou-se a receber dinheiro, dizendo que não queria dinheiro, mas sim cabeças de vaca. O pai não dispunha de dinheiro para comprar as tais cabeças de vaca. Como forma de resolver o diferendo o pai procurou um curandeiro para consultar o desejo dos pais da mãe (seus sogros), já falecidos, em relação ao tipo de “Koroora” que devia ser feito. Depois da consulta o curandeiro disse ao pai da Maria que o pai da mãe queria dinheiro. Foi nesta altura que o pai da Maria decidiu ir deixar o dinheiro em falta na casa do irmão da mulher que recebeu. Mas passado uma semana quis devolver o dinheiro exigindo de novo as cabeças de vaca. Porém, o pai da Maria não aceitou também receber o dinheiro de volta e nem cumprir a vontade do cunhado. A partir desta altura as contradições agudizaram-se. Em Outubro de 2002 morre o pai da Maria, uma semana depois de ter sido atropelado por um boi na estrada. A Maria relacionou sempre a morte do pai com a confusão que ele tinha com o cunhado, tio materno da Maria.

Quando o pai morre em 2002 ela e os irmãos passaram a viver com uma tia, irmã da mãe, até 2004. Em 2004 a tia decide voltar ao seu lar, pois achava que a Maria já conseguia tomar conta dos irmãos e que os quatro irmãos podiam aguentar viver sozinhos. Depois

da ida da tia, o tio paterno que vive na localidade de Môha decidiu levá-los para ir viverem junto dele. A Maria e os irmãos viveram com o tio no período compreendido de Novembro de 2004 a Janeiro de 2005, portanto durante 3 meses. Contudo, no mês de Janeiro os quatro irmãos decidem voltar a Sussundenga-Sede devido a necessidade de continuar a estudar, pois não tinha sido possível fazer transferências. A partir desta altura o tio de Môha passou a visitá-los duas a três vezes por semana levando produtos alimentícios para o consumo das três crianças.

O tio, apesar de viver um pouco distante, procura visitar e assisti-los em todas situações que eles o solicitam, na medida do possível. Por exemplo, quando ficam doentes é o tio que tira dinheiro para ir ao hospital. A Maria diz ter um bom relacionamento com o seu tio paterno, com as suas duas esposas e seus filhos também. A Maria e os irmãos, têm uma machamba na localidade onde vive o seu tio. A Maria e irmão Pedro de (14) anos têm se deslocado semanalmente de uma forma alternada para cuidar da machamba. Saem todos os fins de semana às sextas feiras depois das aulas e só regressam no domingo. Quando ela e o irmão não se podem deslocar a Môha para cuidar da machamba, o tio e a sua família têm tomado conta da machamba. Antes de receberem a ajuda da Acção Social e do Save the Children foi sempre este tio paterno que lhes dava apoio. A Maria diz que o irmão de (14) anos é muito ajuizado e tem lhe ajudado muito nos afazeres da casa. Para além do tio, a tia que viveu com eles por algum tempo depois da morte dos pais e a outra sua tia que vive em Chimoio, têm os visitado uma vez a outra e têm lhes dado também algum apoio na medida do possível.

O relacionamento com alguns vizinhos é mau, segundo a Maria: "*Eles disse que eu gingo*". Ela pensa que alguns vizinhos odeiam a ela e aos seus irmãos por causa da casa que a ONG,s save the Children construiu para eles em 2005 e dos produtos da primeira necessidade que receberam em Maio de 2006 para vender. Portanto, um projecto de geração de rendimentos para ajudar a família da Maria no seu auto-sustento.

As grandes mudanças que aconteceram na sua vida depois da morte dos pais foram ter passado a trabalhar mais para cuidar dos irmãos e de não ter ninguém que pudesse chamar de mamã ou papá. Mas em relação ao trabalho da machamba a Maria disse que

mesmo com os pais em vida fazia muita coisa para ajudá-los. Informou que sempre que tiver um problema recorre sempre ao tio que vive em Môha e ele têm tentado ajudar naquilo que pode.

A sua grande preocupação é quando um dos seus irmãos fica doente ou ela própria, porque para ir ao hospital é necessário dinheiro e também porque tem muito medo de perder um dos irmãos por doença. A irmã mais nova, a Juice (8), andava sempre doente, o seu estado de saúde estabilizou-se há pouco tempo. Segundo se pôde observar a Juice (8) tem uma aparência saudável e é muito brincalhona.

A principal ajuda institucional que já recebeu, afirmou a Maria, foi a construção de casa pela Save the Children, comida que às vezes recebe da Acção Social e a roupa, mantas, panelas, material escolar e pasta escolar.

Finalmente, Maria disse que depois da décima classe gostaria de tirar um curso de saúde ou de professorado. Se tiver que ir para Chimoio para tirar o curso, ela acha que o seu irmão Pedro de (14) anos poderá muito bem tomar conta dos outros porque *“ele tem muito juízo e tem me ajudado muito nos afazeres da casa”*.

4.2.5. Mecanismos “tradicionais” de Protecção das Crianças Órfãos Vulneráveis e aspectos de Transmissão de Herança

Em Moçambique apesar de existirem vários instrumentos legais “institucionais” que contemplam as questões relativas a herança para as crianças em caso de morte, alguns estudos como o do Save the Children (2006:54), indicam que muitos destes instrumentos têm algumas lacunas na sua efectiva implementação. Este estudo observa também que a legislação oficial existente não tem sido usada para resolver os problemas relativos à protecção da criança, principalmente a Órfã e Vulnerável. Assim, o estudo constatou que os problemas referentes a protecção da criança são resolvidos mesmo pelas estruturas locais com recurso a normas costumeiras, principalmente nas zonas rurais. Segundo MMCAS (2004) no seu estudo sobre avaliação rápida da situação dos órfãos e outras crianças vulneráveis em Moçambique, constatou que há leis tradicionais e costumeiras que afectam as crianças órfãs e vulneráveis especialmente nas zonas rurais.

De facto as comunidades rurais são basicamente regidas pelas normas costumeiras nas quais os problemas relativos à herança enquadram-se no amplo universo cultural da organização social. De acordo com o estudo realizado por Handicap International (2002:46) nas sociedades patrilineares assuntos da herança são exclusivamente masculinos. Esta posição é sustentada por estudo de Save the Children (2006:53) que refere que nas sociedades matrilineares não existe distinção entre rapazes e raparigas quanto à herança, podendo tanto rapazes ou raparigas herdar da mesma forma, mas já nas sociedades patrilineares há diferenças significativas. Há tendência de rapazes herdarem bens de valor como casa, gado, do que raparigas que herdaram bens menos valorizados como vestuário, utensílios domésticos.

Durante o trabalho de campo em Sussundenga foi observável que a questão de herança é regulada através do lobolo e que as normas locais prevêm que os bens sejam repartidos dentro da família paterna, tendo em conta a pertença dos filhos à família paterna. A prática de “kupita-kufa” foi descrita como sendo uma forma de herança, não só da esposa do irmão falecido como também dos filhos deste e conseqüentemente dos bens gerados por esta família. Estas convicções são reforçadas até ao facto de que as meninas quando se casam deixam de pertencer à sua família, passando a pertencer à família do marido. Estas percepções ganham uma certa sustentação pelo facto do poder estar aliado a figura masculina e que a herança de um bem valioso representa também acesso ao poder.

Segundo Save the Children (2006: 54) um dos principais problemas de herança nas zonas rurais e de acordo com as normas costumeiras é o facto de não existir um testamento que confere o direito à herança aos herdeiros.

Assim, a problemática de herança nas zonas rurais é regulada através das normas costumeiras. A dificuldade no uso das leis oficiais para resolução da questão da herança pode contribuir para agravar a vulnerabilidade social da Criança Órfã e Vulnerável.

4.3. Apoios Institucionais

O estudo realizado pela MISAU/DANIDA (2004), na Província de Tete, refere que a maior parte das famílias que vivem com as Crianças Órfãs passa muitas dificuldades, razão pela qual este trabalho procurou inteirar-se sobre este assunto no Distrito de Sussundenga. Assim, o estudo teve como base de análise a existência ou não dos apoios tanto das instituições governamentais como das não governamentais, às famílias vivendo com crianças vulneráveis.

O estudo realizado pelo MMAS (2006: 57) mostrou que em Moçambique o apoio às Crianças Órfãs e Vulneráveis tem sido maioritariamente garantido pelas organizações não governamentais. Este estudo refere que a maior parte de todos agregados com Crianças Órfãs e Vulneráveis não recebe apoios no país.

Nesta ordem de ideias, existe divergência de opiniões em relação a este assunto em Sussundenga. Para uns existem alguns apoios, mas que não são suficientes devido a maior demanda das necessidades que estas famílias enfrentam. Para outros, já ouviram falar que as famílias têm sido apoiadas, mas nunca viram os tais apoios. O seguinte depoimento ilustra melhor uma das opiniões expressas:

“Eu já ouvi falar que as famílias com crianças órfãs estão sendo apoiadas, mas nunca vi o tipo de apoio que as famílias receberam. Não estou satisfeito porque gostaria, como alguém que faz parte da estrutura da comunidade, que primeiro nos apresentassem os tais apoios, os respectivos financiadores e serem distribuídos na nossa presença, porque outra coisa nós não sabemos se realmente as crianças recebem devidamente estes apoios ou não, mas como independentemente da quantidade e qualidade o que sobressai é que receberam alguma coisa. Seria bom ver de perto o tipo de apoio que recebem”. Substituto do Régulo em Môha 13/06/06

Este sentimento expressa uma certa desconfiança que as acções de apoio não têm sido, em alguns locais coordenadas com as estruturas locais. Também sugere a ideia de que os apoios recebidos não são sistemáticos, mas sim esporádicos dificultando assim a avaliação do seu impacto.

De acordo com os depoimentos, os apoios das instituições governamentais são maioritariamente para facilitação no acesso a serviços sociais, mas não são abrangentes a todos serviços sociais existentes como, por exemplo, a saúde:

“Existem alguns apoios que as famílias recebem, apesar de não serem suficientes. Se conseguissem emitir um cartão para mostrar quando for ao Hospital porque o apoio que maior parte destas famílias recebe é mais para poder frequentar a escola. O Atestado da Pobreza não isenta as crianças do tratamento hospitalar. A pessoa deve sempre recorrer a Acção Social para poder conseguir um tratamento gratuito” **Membro do ABC em Sussundenga-Sede 08/06/06**

Esta opinião sugere a ideia de que os apoios recebidos não são planificados de acordo com as necessidades das famílias, mas sim enquadram-se no âmbito global das respostas às crianças em situação difícil, como um grupo populacional desfavorecido da sociedade, pois o atestado da pobreza¹⁶ não é um documento concebido para este tipo de caso que exige intervenção multi-sectorial.

Em relação às respostas das organizações não governamentais a maioria dos entrevistados revelou que existem no Distrito algumas organizações que prestam apoio, como o caso da ONG “Terra dos Hommes” que tem projecto de distribuição de cabeças de gado caprino e de sementes às famílias que cuidam de crianças órfãs, para garantir a sua reprodução de

¹⁶ Atestado da Pobreza é um documento passada pelo Instituto Nacional da Acção Social no âmbito do atendimento aos grupos populacionais mais carenciadas da sociedade moçambicana. É um documento originalmente concebido para satisfazer as pessoas vivendo numa situação de extrema pobreza, facilitando-lhes o acesso a alguns serviços sociais. O documento dá aos beneficiários a possibilidade de, neste caso das crianças o direito à escola, isentando-lhes das propinas, recebendo o material escolar e uniforme gratuitamente, obtenção de documentos de identificação civil, mas não da direito ao acesso gratuito a saúde nem a outros serviços sociais.

modo a gerar rendimentos assegurando, assim, a sua reprodução e geração de rendimentos.

A organização Save the Children tinha também no distrito um projecto de construção de casas melhoradas para as Crianças Órfãs e Vulneráveis que terminou em Março de 2006. A mudança da estratégia de intervenção de Save the Children em Moçambique no contexto da sua nova abordagem, o Distrito de Sussundenga não faz parte dos distritos seleccionados, tendo já terminado com este projecto neste Distrito¹⁷.

Pelo facto de existirem muitas famílias necessitadas no distrito, as acções implementadas por estas ONG,s só conseguem abranger um número pequeno de famílias vivendo com as Crianças Órfãs e Vulneráveis.

As outras organizações existentes não prestam apoio material, como por exemplo, a ONG AFRICARE que trabalha na área de advocacia sobre os direitos da criança, incluindo também questões ligadas à prevenção de HIV/SIDA, apesar de perspectivar futuramente implementar projectos de apoio a Criança Órfã e Vulnerável.

Existiam, no Distrito, três organizações não governamentais que trabalhavam na área das Crianças Órfãs e Vulneráveis e destas apenas uma é que presta apoio material às famílias vivendo com as crianças órfãs.

De acordo com alguns entrevistados o apoio material foi considerado como importante para a motivação dos laços de solidariedade das famílias vivendo com as crianças órfãs, pois muitas destas famílias vivem em situações de extrema pobreza como mostram os seguintes depoimentos:

“ (...) A aderência é maior quando há um estímulo. O fornecimento de mantas, utensílios domésticos, roupa para todas as pessoas, com base na experiência de Save the Children no período pós guerra, constitui uma atracção. Quando aquele tipo de apoio ficou esgotado, muitas

¹⁷ Direcção Distrital da Mulher e da Acção Social

crianças ficaram sem protecção “(...)”. **Representante do Sector da Mulher e da Acção Social 14/06706**

“De um modo geral, a fraca receptividade das práticas comunitárias de protecção da criança é reflexo da pobreza extrema das famílias porque quando se tem um projecto de geração de rendimento observa-se uma atracção das famílias, aceitando ficar com as crianças”. **Representante do Sector da Mulher e da Acção Social 19/06/06**

Esta visão reflecte, em larga escala, o sentimento de que a situação de vulnerabilidade vivida por muitas famílias nas zonas rurais pode enfraquecer o capital social, principalmente no que concerne a interajuda e solidariedade e que os apoios recebidos das instituições podem constituir um catalizador para as relações existentes. Esta posição já foi expressa em outros trabalhos como o de Ministério de Plano e Finanças (1997:340); Jackson (2004).

O trabalho do campo mostrou que a assistência às Crianças Órfãs e Vulneráveis está basicamente a ser garantida por um grupo dentro da família cada vez mais pequeno, isto é parentes mais próximos dos falecidos pais (família nuclear), contrariamente ao que era no passado em que existia a família alargada¹⁸ que funcionava como uma rede de segurança social. As oportunidades disponíveis para ganhar rendimento estão reflectidas nos laços sociais que o indivíduo é capaz de ter. As famílias nas zonas rurais vivem da agricultura, cuja produtividade é dependente dos factores naturais. Neste sentido, existem diferenças consideráveis entre os quatro Postos Administrativos em relação à produção agrícola. No Posto Administrativo de Sussundenga-Sede observa-se em algumas localidades, a insuficiência de produção agrícola, mas já nos Postos Administrativos de Moha, Rotanda e Dombe existe auto-suficiência na produção agrícola. Porém, em todas elas a necessidade de apoios adicionais foi a tónica dos vários depoimentos.

¹⁸ Ioforte (2000) define a Família alargada como sendo uma composição que envolve filiações de linhagem e solidariedade estendidas entre os vivos e entre vivos e mortos.

De facto, apesar do espírito de interajuda e solidariedade estar presente na comunidade de Sussundenga, o surgimento de economia de mercado por um lado, e as transformações sociais ocorridas na sociedade moçambicana, por outro tem influenciando negativamente na dinâmica destas relações sociais. As migrações, a vulnerabilidade económica, bem como a guerra civil no período pós-independência, alteraram a intensidade das relações sociais em Sussundenga.

A vulnerabilidade descrita e sentida ao longo do trabalho do campo é comparável a descrita no estudo realizado por MISAU/DANIDA (2004:116) em que os habitantes associam o facto de doença e morte poder atingir, a qualquer indivíduo, no seio da comunidade a qualquer momento. Assim, o espírito de ajuda é guiado mais pela noção de dádiva¹⁹ e solidariedade. Também foi patente que a vulnerabilidade existente nestas zonas está directamente relacionada com a pobreza que afecta a população rural.

A falta de apoios pode conduzir a estratégias de sobrevivência negativas como casamentos prematuros por parte das crianças órfãs, como ilustra o estudo de caso abaixo em que a chefe de família é uma menina de 16 anos, casada aos 14 anos de idade, quando a saúde de mãe se agudizou, depois de ter perdido o pai. Com estatuto de casada, de acordo com a percepção local, ela perde o estatuto de ser “criança”. Esta questão é sustentada pela Save the Children (2006:40) que indica que casamentos prematuros para crianças do sexo feminino podem ser uma estratégia utilizada pelas famílias afectadas pelo HIV/SIDA para superar as dificuldades financeiras.

3º Estudo de Caso

A Teresa uma menina de (16) anos casada, com uma filha de 5 meses, vive com irmãos desde que os pais faleceram. Depois da morte da mãe os quatro irmãos viviam com avó materna até ao mês de Maio de 2006. A avó decidiu ir a Sussundenga –Sede a casa de uma das filhas por falta de entendimento entre eles. A Teresa vive com três irmãos, nomeadamente: Miguel (13), John (10); e Luis (6).

¹⁹Mauss citado por Casal (2006) caracteriza a dádiva como tendo carácter recíproco nas comunidades menos densas e que faz parte da racionalidade económica destes grupos.

A Teresa vive numa casa pequena precária com seus irmãos, uma filha de 5 meses de idade e seu marido, que não se encontrava em casa na altura da visita, por isso, não tendo sido possível conversar com ele.

A Teresa relata que o pai começou a ficar doente em 2000, mas ainda conseguiam fazer pequenos trabalhos. A família até então não ressentia dos problemas de sustento, pois segundo a Teresa a mãe estava bem de saúde e conseguia fazer trabalho da machamba. A saúde do pai agudizou-se no início de 2002, tendo perdido a vida nos meados de mesmo ano. De acordo com Teresa (16) depois da morte do pai a vida não mudou muito porque contavam com a mãe que ainda tinha forças para sustentar a família. Nesta altura, a Teresa disse que ela e o seu irmão Miguel andavam na escola local.

A Teresa disse que os pais não eram naturais de Dombe, a mãe era natural de Sussundenga-Sede é lá onde se encontram os seus familiares e não conhece a terra natal do pai e não chegou a conhecer os familiares do pai.

A mãe começou a ter problemas de saúde em 2003, mas ainda conseguia andar e fazer algum trabalho. Segundo a Teresa a avó nesta altura já vivia com a família e ajudava nos trabalhos da Machamba. A Teresa disse que ela não era a primeira filha da casa, tem um irmão que vive no outro bairro, mas que não tem boas relações com a família. Em relação à pergunta se o irmão com a morte dos pais tem lhes apoiado, a Teresa respondeu que o irmão faz trabalho de “ganho-ganho”, e não está bem financeiramente, mas às vezes ele visita os irmãos quando pode.

Em 2004 o estado da saúde da mãe agudizou-se e já não conseguia ir à machamba e nesta altura a Teresa e avó é que asseguravam o trabalho da machamba e o sustento da família. Nesta altura a Teresa já tinha a sua própria machamba. Neste mesmo ano antes da morte da mãe a Teresa decide casar com apenas 14 anos de idade. Em relação à pergunta quais foram razões que fizeram com que ela decidisse casar tão cedo, a Teresa disse que como o marido trabalhava na altura então podia ajudá-la a sustentar a família. A mãe da Teresa morreu em Agosto de 2004 deixando os quatro irmãos com avó, pois nesta altura o irmão

já tinha abandonado a casada. Em relação à pergunta como encara a responsabilidade de ter que cuidar dos irmãos, ela respondeu que acha que é muito trabalho porque apesar de estar casada e ter uma filha ainda se considera como não tendo muita capacidade de sustentar os irmãos e a responsabilidade de tomar conta dos outros é muito grande. Acrescentado que aquilo que se tira da machamba não é suficiente porque é necessário conseguir dinheiro para comprar caril, roupa e outras coisas. Neste sentido, a Taresa desabafou de seguinte modo:” *se estou a tomar conta dos meus irmãos é porque não tenho outra saída, pois em Dombe nós não temos outros familiares e eu não posso deixar os meus irmãos ao relento*”.

Os três irmãos mais novos no ano passados (2005) andavam todos na escola e este ano só um continua a estudar e quando se procurou saber das razões de não estarem a estudar disseram que foi porque foram tarde se matricular e já o tempo das inscrições tinha passado e já não era possível.

Em relação à pergunta sobre se a família recebe algum apoio da comunidade ou institucional a Teresa disse “*a comunidade aqui não ajuda nada só as pessoas da igreja às vezes têm nos visitado*”. Em relação ao apoio institucional a Teresa disse que em 2005 receberam da ONG Terra dos Hommes alguns produtos para vender depois de um levantamento feito pela referida organização. Todavia, a Teresa disse que não foi possível manter o negócio da venda dos produtos da primeira necessidade devido às dificuldades que a família passava nesta altura, acabando usando o dinheiro da venda para compra de comida para família.

Respondendo a pergunta sobre as suas aspirações para o futuro a Teresa disse que gostaria de ver o marido a trabalhar para poder apoiá-la porque neste momento está desempregado. Em relação aos seus irmãos ela disse que vai procurar tratar do assunto da escola dos irmãos com muita antecedência para que todos para o ano (2007) possam estudar e ela vai tentar dar a continuidade dos seus estudos no curso nocturno. De acordo com a Teresa uma das grandes dificuldades que a família tem passado é a falta de comida e ela acha que se tivesse outra chance de conseguir de novo um apoio de alguma

organização, gostaria de retomar o projecto de venda de produtos da primeira necessidade através de uma banca fixa.

4.4. Políticas, Programas para Crianças Órfãs e Vulneráveis.

Com a entrada em vigor, a partir de 1983²⁰, das chamadas organizações do terceiro sector, as mais conhecidas por organizações não governamentais, ONG,s, intensificou-se o processo de transferência da responsabilidade por excelência do Estado na “providência de bem estar social” para estas organizações (Muassuruco, 2000:160). O este autor observa que a intensificação das actividades das ONG,s em Moçambique não só foi condicionada pela entrada massiva das organizações não governamentais estrangeiras ao país, mas também devido à fase de emergência originada principalmente pela guerra civil e pelo efeito de insucesso das políticas macro-económicas em curso no país nesta época. De facto, concordando com Muassuruco (2000: 161), as ONG,s estrangeiras em Moçambique não só ajudaram a resgatar o espírito de associativismo, mas também assumir o papel de “provedor social”, principalmente para os grupos populacionais mais vulneráveis da população como crianças, mulheres, deficientes e outros.

Assim, as organizações não governamentais foram assumindo paulatinamente a responsabilidade do provedor da assistência social às pessoas mais desfavorecidas, a responsabilidade outrora desempenhada maioritariamente pelas instituições estatais²¹. Deste modo, este processo de ampliação de responsabilidade social atingiu o seu ponto mais alto com a introdução, em 1987 no país, da economia de mercado que resultou na alteração da política social na qual o Estado reduziu significativamente o seu papel interventivo na área social em Moçambique relativamente ao período após-independência (MMAS 2004:14). Assim, o sistema da assistência social passou não só a ser mais selectivo, como também adoptou uma abordagem não-institucional para os programas sociais.

²¹ Refere-se ao período após a independência nacional, em 1975 em que a área social era uma das áreas mais privilegiadas através da planificação central de economia

De facto, as iniciativas de apoio, principalmente de carácter material para as crianças vulneráveis no contexto de HIV/SIDA, têm sido suportadas maioritariamente pelas organizações não governamentais em Moçambique, estando instituições do governo basicamente a apoiar na facilitação do acesso aos serviços básicos como a educação, serviços de notariado e registo civil e saúde, não obstante existência de uma percentagem ainda menor destas crianças a usufruir destes serviços, para além da falta de conhecimento sobre a existência dos mesmos. De acordo com o estudo do MMAS (2006:57) apenas 1% das Crianças Órfãs e Vulneráveis beneficiavam destes serviços ao nível do país. Nota-se, porém, que as iniciativas estatais estão inseridas no contexto das respostas globais das Crianças Órfãs e Vulneráveis no país, iniciativas estas, introduzidas devido, principalmente, ao programa de reestruturação económica (PRE) (CNCS, 2004:93).

Ao nível governamental MMAS (2006: 58) as crianças ou as famílias vivendo com Crianças Órfãs e Vulneráveis recebem um documento denominado atestado da pobreza que permite aos beneficiários estarem isentos de pagamento do uniforme escolar, receber algum material escolar, possivelmente isenta também o pagamento das taxas de serviços de saúde e outras. De acordo com estudo realizado pelo MMAS (2006), apenas um em cada cinco agregados familiares que vivem com Crianças Órfãs e Vulneráveis conhecia o atestado da pobreza, porém 84.3% consideram-se como sendo elegível. Contudo, apesar do atestado de pobreza ser um documento que deve facilitar o acesso das crianças aos serviços sociais, existe falta de clareza, por exemplo, para o acesso a saúde, de acordo com os depoimentos dos entrevistados em Sussundenga. De facto, o atestado de pobreza é documento que foi elaborado num determinado contexto e que o seu uso dificilmente se adequa a todas situações sociais.

De acordo com o Conselho Nacional de Combate ao HVI/SIDA (2004) existem no país 523 organizações não governamentais (ONG,s) e outras organizações a operar nesta área nas vertentes de apoio e atendimento comunitário e à redução do impacto económico e social, sendo a maior atenção direccionada para os órfãs e as famílias afectadas pelo HVI/SIDA.

Contudo, o Conselho Nacional da SIDA (2004: 93) considera que apesar da existência de muitas organizações não governamentais a prestarem apoios nota-se uma fraca coordenação entre estas organizações e as instituições públicas, na prestação de serviços de apoio às crianças órfãs e vulneráveis.

O reconhecimento pelo Governo da complexidade e das especificidades dos problemas das Crianças Órfãs e Vulneráveis no contexto de HIV/SIDA, veio com aprovação pelo Governo, do Plano de Acção para as Crianças Órfãs e Vulneráveis (PACOVs). Este Plano para além de prever acções reforçadas de protecção das Crianças Órfãs e Vulneráveis de uma forma articulada entre os diferentes intervenientes, prevê também acções de reforço as capacidades das famílias e comunidades para cuidarem das Crianças Órfãs e Vulneráveis, de apoios financeiros às comunidades mais afectadas através, entre outras coisas, da facilitação na atribuição de certificados de pobreza e registo de crianças.

No geral espera-se que com a implementação efectiva deste plano se possa obter resultados positivos, já que até aqui os apoios dados não têm tido impactos significativos nas várias regiões com maior índice de Crianças Órfãs e Vulneráveis no contexto de HIV/SIDA. Contudo, importa salientar que alguns dos mecanismos institucionais de apoio, como certificado da pobreza, para além de atribuírem rótulo aos que recorrem a este instrumento, pode-se questionar a sua pertinência, tendo em conta os altos índices da pobreza nas zonas rurais.

V.CAPÍTULO

5. Conclusões

Neste capítulo vai se proceder à apresentação das principais conclusões decorrentes da análise de dados do trabalho de campo sobre o presente estudo. Ao mesmo tempo irá se proceder à verificação da principal hipótese inicialmente formulada. É necessário lembrar que este estudo procura compreender o funcionamento dos mecanismos tradicionais de protecção da Criança Órfã e Vulnerável, partindo do estudo de caso do Distrito de Sussundenga, Província de Manica.

Assim, a primeira grande conclusão é em relação aos conceitos. O trabalho de campo revela existir por um lado, similaridades na abordagem dos conceitos, por outro divergências em certos casos.

Por exemplo, em relação ao conceito orfandade o trabalho de campo revela convergência com a definição inicialmente apresentada e que este conceito enquadra-se no contexto de organização social à semelhança de muitas sociedades africanas, segundo Chirwa (2002). Este autor afirma que o conceito da orfandade estaria também associado às questões de vulnerabilidade social nas sociedades africanas e não tanto com a perda dos “Pais Biológicos”, pois para além de “Pais Biológicos” as crianças também têm “Pais Sociais”.

Relativamente a este aspecto a pesquisa mostra que apesar de existirem “pais sociais” que devem assumir as mesmas responsabilidades dos “Pais Biológicos”, existe uma divergência entre a teoria e a prática. Teoricamente na ausência de “Pais Biológicos” as crianças órfãs ficariam sobre a responsabilidade dos tios paternos. Na realidade, na ausência de “pais biológicos” há maior tendência de repartir a responsabilidade entre as avós paternas e maternas.

Segundo a percepção da comunidade de Sussundenga o conceito “órfão” não se limita apenas a ausência dos “Pais Biológicos”. Órfão é a criança que não tem “Pais Biológicos”, mas também que não tem algum membro da família para tomar conta dela.

Não obstante as diferenças existente entre os dois conceitos (oficial e local), existe entre ambos, no nosso entender, uma convergência na questão de vulnerabilidade social. As duas definições, isto é “oficial” e “local” incluem em comum a falta do ambiente para o desenvolvimento físico e psicológico na infância, altura em que a criança depende social e economicamente de um indivíduo adulto.

A segunda grande conclusão diz respeito ao conceito da criança. Em relação a este conceito o estudo observou que existe um fosso grande entre a definição oficial e as percepções locais da comunidade de Sussundenga. Enquanto o conceito oficial de

“criança” baseia nos dados cronológicos do calendário ocidental²², o conceito rural está associado a capacidade e facilidade de indivíduo poder ou não participar em determinados eventos tais como, início da vida sexual, casamento, capacidade de realizar trabalho doméstico, participação em certas cerimónias, etc.

Assim, na zona rural a percepção que se tem sobre a criança é ligada às práticas empíricas para a transição a maioridade deste indivíduo.

Com efeito, a comunidade rural de Sussundenga, objecto de estudo da presente pesquisa mostra que a capacidade de realizar certas actividades consideradas como sendo feitas pelos adultos, tanto para meninas como para rapazes, confere a pessoas oficialmente crianças o estatuto de adultos. Este facto, cria uma ligação entre o conceito da criança com o fenómeno da vulnerabilidade social porque existe a percepção de que o indivíduo enquanto criança não tem a capacidade de fazer certos trabalhos que um adulto realiza.

Esta percepção tem também o efeito oposto ao considerar que a partir do momento em que uma criança é sujeita a maior probabilidade de ser vulnerável social e economicamente e realizar certos trabalhos, ela passaria a ser adulta como o caso das crianças chefes de agregados familiares. Desta forma, existe em Sussundenga a percepção de que as crianças chefes do agregado familiar enquanto tiverem a capacidade de realizar trabalhos que normalmente são feitos por adultos, este fenómeno não constitui problema porque a capacidade de trabalhar é tida como momento de transição à fase adulta, não obstante o fenómeno da criança chefe de agregado familiar ter sido considerado um fenómeno recente e que esteja associado ao aumento da mortalidade em idade activa, à migração e também a questões ligadas as influências de processos de desenvolvimento, principalmente no período pós a independência.

Estes argumentos são sustentados também pelo estudo realizado por Loforte (2000:118) num dos bairros da Cidade de Maputo que refere que a transição à maioridade é acompanhada pelo processo de socialização no qual a divisão dos papéis e tarefas de

²² Matsinhe (2005:163) no seu livro intitulado *Tabula Rasa* ao abordar a problemática da idade na primeira relação sexual refere que nas zonas rurais existe a percepção de que a transição a maioridade esta ligada para as meninas ao aparecimento do ciclo menstrual.

acordo com o género são o principal sinal. Ainda, de acordo com esta autora, este processo começa mais cedo nas meninas que nos rapazes.

A terceira grande conclusão diz respeito ao conceito de vulnerabilidade. Como foi referido anteriormente que a vulnerabilidade é definida com base em vários parâmetros que têm a ver com a insegurança socio-económica do indivíduo.

O trabalho realizado em Sussundenga revela que a vulnerabilidade é percebida e descrita como um estado em que os chefes dos agregados familiares estão totalmente desprovidos de meios básicos de sustento familiar. Este fenómeno é mais observável nos agregados familiares chefiados por crianças e idosos. Isto acontece porque estes dois grupos sociais são os que apresentam maior fragilidade em termos da capacidade física e mentais. Esta constatação é similar a encontrada pelo estudo realizado por Save children em 2006, que aponta a existência de vários níveis de vulnerabilidade em relação à Criança Órfã e Vulnerável, como o social, material, institucional e até mesmo ao nível das normas e práticas culturais (Save the Children, 2006:38).

A situação de vulnerabilidade constatada em Sussundenga é agravada pelo sistema de parentesco. A pesquisa mostra que quando os “Pais Biológicos” da criança estão falecidos, esta fica automaticamente a cargo da família paterna, desde que esta tenha observado as regras sociais de casamento. O problema reside no facto de a transferência da criança órfã para a família paterna não observar as condições que possam assegurar a integração plena da criança. Assim, mesmo que a família materna da criança eventualmente tenha a possibilidade de oferecer à criança um ambiente menos vulnerável, a família materna vê-se menos obrigada de prestar assistência à criança.

Devido à situação acima descrita consta-se um modelo de assistência que não corresponde ao “modelo ideal” no qual teoricamente a responsabilidade da criança órfã é atribuída aos tios paternos. A pesquisa também revela que existe uma tendência crescente de recorrência a rede alternativa de segurança tradicional dos órfãos apresentada na figura 4 da página 36. Esta tendência é também constatada pelos outros estudos como da Cabral (2005:58) que sugerem evidências claras de influências directa de valores

desenvolvimentistas e que o conceito da família alargada começa a ter cada vez mais menos peso nas comunidades rurais.

As várias faces de vulnerabilidade vividas por Crianças Órfãs e Vulneráveis crianças na comunidade de Sussundenga, encontram o seu enquadramento nas inúmeras vertentes de “vulnerabilidade” discutidas ao longo deste trabalho, mas também estão associadas à insuficiência dos apoios institucionais destinados a estas crianças.

A pesquisa mostrou que a vulnerabilidade vivida por famílias com as Crianças Órfãs e Vulneráveis está também directamente relacionada com a pobreza vigente nas zonas rurais. A pesquisa mostrou que os apoios institucionais recebidos pelo Governo e Organizações não Governamentais ainda não conseguem satisfazer a demanda das necessidades destas famílias. O estudo revela também a dificuldade na definição de critérios universais para distribuição de apoios, bem como na irregularidade em que estes apoios são prestados.

A análise da situação da vulnerabilidade das famílias com as Crianças Órfãs e Vulneráveis no Distrito de Sussundenga indica que seria uma perspectiva reducionista pensar-se que pelo facto de existirem famílias a prestarem assistência a estas crianças nas comunidades rurais, elas são isentas de apoios de carácter económico, material e financeiro.

A realidade encontrada em Sussundenga mostra claramente que o contexto de vulnerabilidade vivido por maioria da população é derivado não só pelo impacto negativo da epidemia de HIV/SIDA, como também pela insegurança no seu sustento, o que torna esta população frágil em relação aos seus meios de vida. Assim, observou-se que a população com muitas carências, maioritariamente vivendo com Crianças Órfãs Vulneráveis tem imensas dificuldades de poder dar a devida assistência aos seus dependentes.

A análise dos meios de vida permite corroborar com a ideia de que as pessoas precisam de vários recursos para sua sobrevivência e que nenhuma categoria de recursos

isoladamente é capaz de produzir os resultados positivos (DFID, 1992). No caso de Sussundenga muitas famílias vivendo com as Crianças Órfãs e Vulneráveis mostraram fragilidades de várias ordens, principalmente em relação aos capitais financeiros e físicos.

Embora a Política da Acção social priorize o princípio de não-institucionalização da criança vulnerável, na prática este princípio só pode ser garantido com reforço das estratégias institucionais nas comunidades mais afectadas pela epidemia de HIV/SIDA.

A situação constatada em Sussundenga permite concluir que na operacionalização das políticas e estratégias institucionais é necessário definir critérios específicos de cada região que vão de acordo com a realidade local, principalmente no que concerne a protecção das Crianças Órfãs e Vulneráveis. Assim, apesar da situação de vulnerabilidade social das crianças órfãs ser idêntica em muitos casos, as causas que contribuí para a tal situação diferem em certos aspectos de uma comunidade para outra.

Com base na análise dos dados a principal hipótese colocada segundo a qual existem nas sociedades rurais moçambicanas mecanismos interfamiliares e comunitários de protecção das Crianças Órfãs e Vulneráveis é confirmada. Todavia, é reconhecida a existência de algumas tensões inerentes aos mesmos.

Assim, embora exista um amplo sentimento de solidariedade no seio das comunidades rurais, que é reflectido, especialmente, através, dos mecanismos “tradicionais” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável, existem tensões baseadas em valores, crenças e representações sociais. Se por um lado, o sistema parentesco determina a filiação e a pertença da criança na família paterna, mediante as condições estabelecidas (pagamento de koroora/lobolo), por outro lado abre espaço para surgimento de tensões inerentes.

Os mecanismos “tradicionais” de protecção das crianças vulneráveis no contexto de HIV/SIDA encontram o seu enquadramento nas várias estratégias de sobrevivência da comunidade de Sussundenga. De facto, esta comunidade tem vários mecanismos de protecção da criança vulnerável de acordo com a prática cultural local.

Nesta ordem de ideias, os mecanismos “tradicionalis” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável estão inseridos no sistema de valores, crenças, representações sociais. Mas encontram o seu significado dentro da organização social existente na zona de estudo.

De facto, a existência dos mecanismos “tradicionalis” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável em Sussundenga não pode ser vista de uma forma isolada, há que ter em consideração a influência que as abordagens de desenvolvimento, actualmente têm nas zonas rurais, principalmente no contexto de mudanças de valores.

Assim, o trabalho do campo mostrou que estes mecanismos “tradicionalis” de protecção da Criança Órfã e Vulnerável na sua essência são inter-familiares e comunitários existentes na zona em estudo e procuram contribuir para mitigar os efeitos da epidemia de HIV/SIDA. Mas os mesmos são acompanhadas de tensões inerentes aos valores, crenças e representações sociais na comunidade rural.

BIBLIOGRAFIA

- ARON, Raymond (1999). *Etapas do Pensamento Sociológico*. 3ª edição, Lisboa.
- ANDRADE, X.; LAFORTE, A. ; OSÓRIO, C.; RIBEIRO, L.; TEMBE, E. (1998). *Famílias em Contexto de Mudanças em Moçambique*. Editado por WLSA/MOZ/CEA/UEM in *Women and Law in Southern Africa – Research Trust – Mozambique (WLSAMOZ)*, Maputo.
- ATTESLANDER, P.; BENDER, C.; CROMM, J.; GRABOW, B.; ZIPP, G. (1991). *Methoden der Empirischen Sozialforschung*. 6ª Edição, Sammlung Gäschen, Berlin.
- ARQUIVO DO PATRIMONIO CULTURAL-ARPAC (1996). *Direitos e Responsabilidades de Crianças em Comunidades Rurais, estudo de Caso na Província de Manica, Chimoio*, obra não publicada.
- GEEST VAN DER, Sjaak. *Death, Ancestors and HIV/AIDS Among the Akan of Ghana*. [http://oa.doria.if/handle, 10024/3870](http://oa.doria.if/handle/10024/3870) Visitado no dia 20 de Maio de 2006.
- BARTLETT, S; HART, R.; SATTERTHWAITTE, D.; DE LA BARRA; X.; MISSAIR, A. (1999). *Cities for children*. United Nations Children's Fund, London.
- BEBBINGTON, Anthony (1999). *Capitals and capabilities: A Framework for Analyzing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty*. University of Colorado at Boulder, Boulder. In *World development* Vol.27, Nº12, pg: 2021-2044, Colorado.
- CASAL, Adolfo Yanez (2005). *Entre a Dádiva e a Mercadoria. Ensaios de Antropologia Económica*. Editado por Adolfo Y. Casal, Amadora.
- CHIZZOTTI, Antonio (1991). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. Cortez Editora, 1ª Edição, São Paulo.

CRAVERINHA, João (2000). In Moçambique para todos: in MEMORIAM DE BABA MENDÓGO.

www.macua.blogs.com/mocambique_para_todos/joo_craverinha_diversos/index.html

visitado no dia 20 de Março de 2006

CARVALHO, Maria João (2004). “Pelas Margens, Outras Infâncias – Crianças marginalizadas e Violência” in Revista Instituto de Reinserção Social Infância e Juventude, Nº4/04 Outubro-Dezembro, pg: 51-143, Lisboa.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE AO HIV/SIDA (CNCS) (2004). Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA, Parte I, Componente Estratégica – Análise da Situação, Maputo.

CABRAL, Ilundi (2005). Digerir o Passado: Mecanismos socio-culturais da reintegração social e familiar de crianças-soldado no sul de Moçambique. Dissertação de Licenciatura em Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

CHIRWA, Wiseman (2002). Social Exclusion and Inclusion: Challenges to Orphan Care in Malawi in Nordic Journal of African Studies 11(1): 93-113.

www.njas.helsinki.fi/pdf-files/vd11wm1. Visitado no dia 25 de Abril de 2006.

DOMINGOS, Fernando (1996). A Organização Social na Sociedade Tradicional, Núcleo de Desenvolvimento Administrativo, Projecto “Descentralização e Autoridade Tradicional”, Ministério da Administração Estatal, Brochura II, Maputo.

DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT – DFID (2001). Sustainable Livelihoods Guidance Sheets, Section 2.1.

<http://www.livelihoods.org/info/guidance-sheets-pdfs/section2.pdf>.

Visitado a 10 de Maio de 2006.

DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT – DFID (2001). Sustainable Livelihoods Guidance Sheets, London.

FELICIANO, José Fialho (1989). Antropologia Económica dos Thongas do Sul de Moçambique. Universidade Técnica de Lisboa, Tese de Doutoramento em antropologia, Lisboa.

FOSTER, Geoff (2000). “The Capacity of the Extended Family Safety Net for Orphan in Africa”, in Psychology, Health & Medicine, Vol.5, Nº1, pg: 55-62.

FOSTER, Geoff (2005). Entraves e Conta-gotas: Canalizar recursos para as comunidades que apoiam as crianças órfãs e Vulneráveis na África Austral. Publicado por Save the Children, London.

GIDDENS, Anthony (2000). Sociologia, 2ªEdição, Lisboa.

Giacomazzi A. & Comargo, B (2004). Eu Confio no Meu Marido: Estudo da Representação Social de mulheres com Parceiro fixo sobre prevenção da AIDS.

<http://www.mackenzie.com.br/universidade/psico/publicação> Visitado no dia 29 de Setembro de 2006.

JACKSON, Helen (2004). Sida em África. 2ª edição, editado por Suzana Manuel Andrade da Silva e Virginia Curtin Knight., Harare.

FAMILY HEALTH INTERNATIONAL/IMPACT (2005). Conducting a participatory Situation analysis of Orphans and Vulnerable Children Affected by HIV/AIDS, Arlington.

HANDICAP INTERNATIONAL (2002). Mecanismos, Organizações Institucionais e comunitárias de Atendimento de Órfãos. Estudo de caso das Províncias de Sofala e Manica, Beira.

HONWANA, Alcinda Manuel (2002). Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós Guerra no Sul de Moçambique, Promédia, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA – INE (1999). II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997, Resultados definitivos, , Província de Manica, Editado por INE, Maputo.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA – INE (1999). Projecções Anuais da população por Distritos- 1997 – 2010. Região Centro. Serie: Estudos Nº 3, Volume II, Editado por INE, Maputo.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA & MINISTÉRIO DA SAÚDE (2005). Inquerito Demográfico e de Saúde 2003, Maputo.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA – INE (2000). Panorama Sócio-Demográfico, 1997, Maputo

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA – INE (2006). Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB) 2004-2005, Relatório Final. Maputo.

LESSARD-HÉBERT, Michelle Et al (2005). Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas. 2ª Edição, Instituto de Piaget, Lisboa.

LOFORTE, A. Maria (2000). Género e Poder. Editado por PROMÉDIA, Maputo

MATSINHE, Cristiano (2005). Tábula Rasa: Dinâmica da Resposta Moçambicana ao HIV/SIDA. 1ª Edição, Texto editores Lda, Maputo.

MACAMO, Elísio (2004). A Leitura Sociológica: Um Manual Introdutório. Imprensa universitária, Maputo.

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO DA ACÇÃO SOCIAL – MICAS (1994). O papel da Família Substituta na socialização da Criança Desamparada pela Guerra: um Estudo de caso nos distritos de Morrumbala e Homoine, Maputo.

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO DA ACÇÃO SOCIAL – MICAS (1999). Relatório sobre a Implementação da convenção sobre os Direitos da Criança em Moçambique, 1990-1999, Maputo.

MICAS, ALIANÇA SAVE THE CHILDREN, UNICEF (1999). Convenção sobre os Direitos da Criança, Maputo.

MINISTÉRIO DA MULHER E DA ACÇÃO SOCIAL (2004). Relatório do Seminário Nacional sobre Crianças Órfãs e Vulneráveis, Maputo.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2005). Relatório sobre a Revisão dos Dados de vigilância Epidemiológica do HIV – RONDA 2004.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (2005). Perfil do Distrito de Sussundenga Província de Manica, Maputo.

MISAU/DANIDA (2004). Respostas dos Agregados familiares face ao HIV/SIDA na Província de Tete: Um Estudo de Base. MISAU/DANIDA, Maputo.

MINISTÉRIO DE PLANO E FINANÇAS (1997). Mecanismos de Ajuda Mútua e Redes Informais de Protecção Social: Estudos de casos das Províncias de Gaza, Nampula e Cidade de Maputo In Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 1996-97. Maputo.

MINISTÉRIO DE PLANO E FINANÇAS (2000). Perfil Provincial de Pobreza e Desenvolvimento Humano- Manica. Maputo

MILANI, Carlos (2002). Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: Lições a partir da Experiencia de Pintadas (Bahia, brasil).

www.lasociedadcivil.org/uploads/ciberfeca/carlosmilanip.pdf

MAÚSSE, Miguel Aurélio (1995). A criança, a Guerra e os Mecanismos de Integração: Um Estudo de Caso no Bistrito de Homoine. Dissertação Apresentada em Cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Linceciatura na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

MOSER, Caroline (1998). The Asset Vulnerability Framework: Reassessing urban Poverty reduction Strategies. World Development 26 (1), pg. 1-19.

MOSER, Caroline (1998). The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban poverty Reduction Strategies, World bank. In world Development, Vol. 26, Nº1, pp.1-19, Washington.

M.D.W. Jeffreys MMAS (1951). Lobolo é o Preço da Criança. In African Studies, Vol.10 nº 4, Tradizido por José Carlos d'Almeida e Sousa Marques, no Arquivo Historico de Moçambique.

MINISTÉRIO DA MULHER E DA ACÇÃO SOCIAL – MMAS (2006). Estudo sobre a Capacidade das Comunidades para Assegurar Cuidados e Protecção às Crianças Órfãs e Vulneráveis (COV) no Contexto do HIV/SIDA e Análise de Situação das COV,s em Moçambique – Draft. Financiamento da UNICEF&USAID, Maputo.

MINISTÉRIO DA MULHER E DA ACÇÃO SOCIAL (2006). Plano de Acção para as Crianças Órfãs e Vulneráveis (PACOVS) 2006.2010, Maputo.

MINISTÉRIO DA MULHER E DA ACÇÃO SOCIAL (2006). Plano Nacional de Acção para a Criança (PNAC) 2006-2010, Maputo.

MUASSURUCO, M. Joaquim (2000). As Organizações Não Governamentais (ONG,S) em Moçambique: Impactos no Desenvolvimento Económico e Social. Dessertação de Mestrado em Estudos Africanos na Universidade de Porto, Porto.

NOBRE, João Luis Vaz (2005). Representações sobre Saúde e Doença: Ajustes e desajustes entre lógicas Comunicacionais na Prevenção e Controle do VIH e SIDA, Maputo.

NEGRÃO, José (2001). Cem Anos de Economia da família Rural Africana. O Delta do Zambeze em Análise Retrospectiva. 1ª Edição, Promédia, Maputo.

NEGRÃO, José. Como induzir o Desenvolvimento em Africa?

http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/doctrab_61.pdf, Visitado a 20 de abril de 2006.

NEUMAN, W. Lawrence (2000). Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches. 4th Edition., Allyn & Bacon. United States of America. St. Martin's Press Inc., New York.

PHIRI, Stanley & WEBB, Douglas (2002). O Impacto do HIV/SIDA sobre os Órfãos, as Respostas Políticas e o Programa. In SIDA, Política e Bem-estar da Criança Editado por Giovanni Andrea Cornia, Florência.

PROVÍNCIA DE MANICA (2005). Relatório Anual da pobreza do G20 – Plataforma Nacional da Sociedade Civil Moçambicana para participação nos observatórios da Pobreza, Chimoio.

PROVÍNCIA DE MANICA (2005). Relatório Anual da Pobreza do G20, Chimoio.

ROCHER, Guy (1989). Sociologia Geral: A Organização Social, Vol.2, Lisboa.

RITA-FERREIRA, A. Et al (1986). Moçambique: Aspectos da Cultura Material, Centro de Estudos Africanos, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, Coimbra.

RITA-FERREIRA, A Et al. (1988). Moçambique: Cultura e historia de um País, Centro de Estudos Africanos, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, Coimbra.

RITA-FERREIRA, A. (1975). Povos de Moçambique. Edições Afrontamento, Porto.

RACODI, C.(2002). A Livelihoods Approach – Conceptual Issues and Definitions, in: Racodi, C. And Lloyd Jones, T. Urban livelihoods, a People/centered Approach to reducing poverty. London: Earthscan, pp. 3–22

SEFFNER, Fernando(sd).O Conceito de vulnerabilidade: Uma ferramenta útil em seu consultório.

www.unilasalle.edu.br/seffner/artig

SERRA, Carlos (2000). Conflitos e Mestiçagem. 1ª Edição, Maputo.

SAVE DE CHILDREN ALLIANCE - Moçambique (2006). Herança & Sua Transmissão às crianças Órfãs e Vulneráveis: Chokwé, Bárue, Morrumbala, Nacala

TSHEKO, D. Skinner et al (2004). Defining Orphaned and Vulnerable Children.

www.hsrepublishers.ac.za.

TEMBON, A.; CONNOLLY, M. ; DRAKE, L ; KALEEBA (2002). Ensuring Education Access for Orphans and Vulnerable Children – Training Module. Banco Mundial, ONUSIDA e UNICEF, Mombaça.

UNICEF/USAID (2003). Fortalecendo Respostas nacionais: Workshop do Sul da África sobre Órfãs e Outras Crianças Vulneráveis, Maseru.

UNICEF (2005). Situação Mundial da Infância 2005: Infância Ameaçada. New York.

UNICEF (2006). Situação Mundial da Infância 2006: Excluídas e Invisíveis, New York.

UNICEF (2006). A pobreza na Infância em Moçambique: Uma análise da Situação e das Tendências. Maputo.

UNAIDS/UNICEF/USAID (2004). Children on the Brink

VALÁ, Salim (2003). O Desenvolvimento Agrário e o Papel da Extensão Rural no Chokwe (1950-2000). Dissertação de Mestrado da Faculdade de Agronomia, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

VI. ANEXOS

1. Questionários das Entrevistas
2. Mapa da República de Moçambique.
3. Mapa da Província de Manica.
4. Mapa do Distrito de Sussundenga.
5. Algumas Fotos do Trabalho do Campo no Distrito de Sussundenga.



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO**

**MECANISMOS TRADICIONAIS DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA ÓRFÃ E
VULNERÁVEL**

Guião de Entrevista para Informantes Chaves

Líderes Comunitários/Anciões

Função na Comunidade **Sexo.....**

Província.....Distrito.....Posto Administrativo.....

Parte introdutória

Pretendemos realizar uma pesquisa para conhecer como que esta comunidade resolve os problemas das crianças, cujos pais morreram ou encontram-se incapacitados para tomar conta dos seus filhos.

I. Existência dos COV e Questões do Conceito de Orfandade

1. Gostaria de saber se nesta comunidade existe crianças órfãs e vulneráveis e quais são as razões para essa situação?
2. Quando que nesta comunidade considera-se uma criança é órfã?
3. E como avaliam a evolução da situação actual, em relação às crianças órfãs e vulneráveis se esta aumentar ou a diminuir. Se a resposta for que existe um aumento procurar saber as razões para tal.

II. Mecanismos de ajuda / Solidariedade

4. Gostaria que falassem mais detalhadamente sobre as formas, modalidades típicas desta zona para cuidarem das crianças órfãs e vulneráveis, isto é, excluindo as modalidades do governo e das outras organizações que trabalham nesta área.

5. O que a comunidade faz para fazer cumprir as referidas formas ou modalidades? (se existem algumas sanções e quais são).
6. Nesta comunidade como que as comunidades encara a responsabilidade de tomar conta dos órfãos. Quais são as principais dificuldades que as comunidades enfrentam para tomar conta dos órfãos.
7. No meio das dificuldades acima referenciadas o que motiva ou encoraja as comunidades/famílias a tomar conta das crianças órfãs e vulneráveis nesta comunidade.
8. O que sucede com as crianças, que não são cuidadas através das modalidades que a comunidade tem para o fazer-lo.

III. Crianças Chefes de Agregado familiar

9. Em Moçambique assistem-se actualmente em algumas comunidades crianças tomando conta dos seus irmãos devido à morte dos seus pais. Gostaria de saber se existe este tipo de caso nesta comunidade. Se a resposta for positiva procurar saber qual é a opinião sobre este facto?
10. Quando que a vossa comunidade considera um indivíduo como sendo uma criança? O que significa ser criança nesta comunidade. E como são consideradas as famílias/casais com crianças e sem crianças.

IV. Ajuda Institucional

11. Gostaria de saber se as famílias que cuidam das crianças órfãs têm recebido algum apoio do governo ou das organizações não governamentais. Caso a resposta seja positiva pedir para falar um pouco dos tais apoios em que consistem.
12. Estão satisfeitos com os apoios que recebem das instituições governamentais e não governamentais e com a forma como os mesmos são canalizados? Se a resposta for negativa procurar saber como que gostariam que as coisas fossem feitas?
13. O que deve se fazer para se fortificar as iniciativas das comunidades/famílias para cuidarem das crianças órfãs e vulneráveis.



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

**MECANISMOS TRADICIONAIS DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA ÓRFÃ E
VULNERÁVEL**

**Guião de questões para Estudos de Casos das Famílias ou Guardiões de
Órfãs**

Grau de Parentesco.....Sexo.....

Província..... Distrito.....Posto Administrativo.....

Pretendemos realizar uma pesquisa para conhecer como que esta comunidade resolve os problemas das crianças, cujos seus pais morreram e encontram-se incapacitados para tomar conta dos seus filhos.

I. Mecanismos de Ajuda e solidariedade

2. Gostaríamos de saber como chegou a tomar conta dos órfãos (se tem algum laço de familiaridade ou qual foi a motivação para o fazer) e como encara esta responsabilidade.
3. Tem seus próprios filhos e como tem sido a convivência com as crianças que entraram nesta casa. Se tiver filhos procurar saber se houve dificuldades para aceitar os órfãos por parte dos filhos da casa?

II: O Entendimento sobre Conceito Criança

4. Quando que nesta comunidade considera um indivíduo uma criança órfã?
5. Gostaria de saber se é possível falar das causas de morte dos pais das crianças que esta tomar conta?
6. Falam nos um pouco sobre os critérios que foram usados pela família ou a comunidade para indicar o senhor/a para tomar conta da/s criança,

quais foram os passos seguidos para se chegar a esta indicação ou decisão.

Situação Socio-económica

7. Gostaria de ouvir a sua opinião sobre como as outras vêm a vossa família por estar a tomar conta da/destas crianças?
8. A Vinda da/das crianças nesta casa terá mudado alguma coisa em termos do sustento, rendimento, ou como avalia a situação actual na sua casa, comparativamente antes da vinda dos órfãos (se piorou ou melhorou).

II. Crianças Chefes de Agregado familiar

9. Em Moçambique assistem-se actualmente em algumas comunidades crianças tomando conta dos seus irmãos devido à morte dos seus pais. Gostaria de saber a sua opinião em relação a este facto.
10. Quando que nesta comunidade considera alguém como sendo criança

II. Ajuda institucional

11. Gostaria de saber se a família recebe algum apoio tanto do governo assim como das outras organizações e qual é a vossa opinião sobre estes apoios.
12. Estão satisfeitos com os apoios que recebem das instituições governamentais e não governamentais e com a forma como os mesmos são canalizados? Se a resposta for negativa procurar saber como que gostariam que as coisas fossem feitas?



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO**

**MECANISMOS TRADICIONAIS DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA ÓRFÃ E
VULNERÁVEL**

Guião de Entrevista para Informantes Chaves

**Guião de questões de entrevistas para representantes institucionais
envolvidos na problemática da criança órfã e vulnerável**

Instituição.....FunçãoSexo.....

Província..... Distrito.....Posto Administrativo.....

Pretendemos realizar uma pesquisa para conhecer como que esta comunidade resolve os problemas das crianças, cujos seus pais morreram e encontram-se incapacitados para tomar conta dos seus filhos.

I. O Entendimento sobre o Conceito Criança e Conceito Orfandade

1. Quando que nesta comunidade considera um indivíduo como sendo uma criança? O que significa ser criança nesta comunidade. E como são considerados os casais que não tem crianças/filhos.
2. Existem nesta comunidade crianças órfãs e vulneráveis?
3. Quando que se considera uma criança é órfã nesta comunidade, tendo em conta que este conceito não é universal em muitas comunidades rurais Moçambicanas.

II. Situação das Crianças Órfãs e Vulneráveis

4. Como que avalia actual situação das crianças órfãs e vulneráveis nesta comunidade, se esta aumentar ou a diminuir?

5. Caso as crianças órfãs e vulneráveis estejam aumentar procurar saber das razões para esta situação.

II. Mecanismo de Ajuda/Solidariedade

6. Gostaria que falassem mais detalhadamente sobre as formas, modalidades típicas desta zona para cuidarem das crianças órfãs e vulneráveis (como se faz a indicação para tomar conta dos órfãos), isto é, excluindo as modalidades do governo e das outras organizações que trabalham nesta área.
7. Entre as formas institucionais e as modalidades da comunidade qual é a maneira que funciona melhor?
8. Quais são as principais dificuldades que a comunidade /famílias que tomam conta dos órfãos enfrentam para tomar conta dos órfãos.
9. O que acha quais poderão ser motivações que as famílias/indivíduos tem para cuidarem das crianças órfãs e vulneráveis nesta comunidade.
10. Para além dos apoios materiais que as instituições tem canalizado as comunidades, na sua opinião que outros apoios que não sejam matérias que as instituições deveriam canalizar as famílias que cuidam das crianças órfãs e vulneráveis neste momento?
11. O que sucede com as crianças, que não são cuidadas através das modalidades que a comunidade/família tem para fazê-lo.

III: Crianças Chefes de Agregados Familiares

12. Gostaria de saber se existem casos de crianças nesta comunidade "chefes de agregados familiares".
13. Caso exista procurar saber quais podem ser as principais causas para esta situação.
14. E como que a comunidade encaram esta situação de haver crianças tomando conta das outras crianças?".
15. O que deve se fazer para se motivar das comunidades/famílias a cuidarem das crianças órfãs e vulneráveis sem falar das questões materiais.



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

MECANISMOS TRADICIONAIS DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA ÓRFÃ E
VULNERÁVEL

Guião de Entrevista com Crianças Órfãs

Função na Comunidade Sexo.....

Província.....Distrito.....Posto Administrativo.....

Parte introdutória

Pretendemos realizar uma pesquisa para conhecer como que esta comunidade resolve os problemas das crianças, cujos seus pais morreram ou encontram-se incapacitados para tomar conta dos seus filhos.

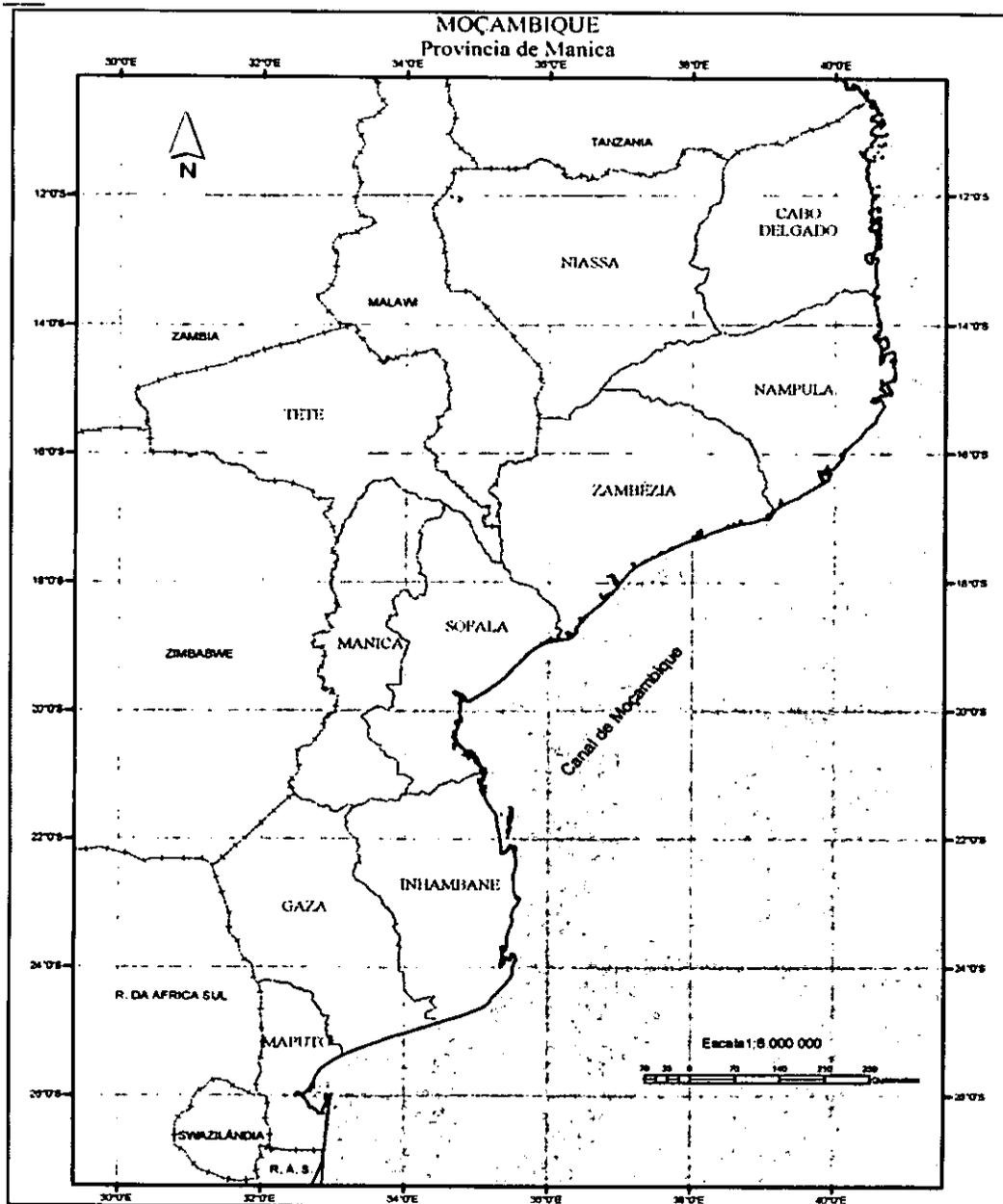
I. Rotina diária

1. Podes me falar um pouco do teu dia a dia, o que fazes quando acordas?
2. Gostaria de saber de que forma é que a sua situação actual difere-se da sua situação no passado, quando vivia com os seus pais? O que mudou?
3. Gostaria de saber se antes de passar a viver nesta família se conhecia os membros deste agregado familiar? Procurar saber se tem algum laço de parentesco ou não.
4. O que gostas de fazer mais?
5. Como se sente integrado nesta família/Instituição? Como que tu te sentes nesta família, qual o teu relacionamento com os restantes membros da família?

6. Quais são os principais problemas que enfrentam depois de passar a viver nesta família ou instituição?

VI. Anexos

1. Mapa de Moçambique



Fonte: CENACARTA (2007)

1. Discussão com um dos Grupos Focais



2. Agregado Familiar Chefiado por Criança



3. Agregado Chefiado por Idosa



4. Uma Residencia de Uma idosa que cuida de 4 netos

